

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

EDUARDA APARECIDA DOMINGUES

A CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA: O CASO CUTRALE

CURITIBA

2019

EDUARDA APARECIDA DOMINGUES

A CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA: O CASO CUTRALE

Monografia apresentada como requisito à obtenção do grau de Bacharel em Direito – Habilitação em Teoria do Direito e Direitos Humanos, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Ricardo Prestes Pazello.

Coorientador: Jacson Zilio.

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

EDUARDA APARECIDA DOMÍNGUES

A CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA: O CASO CUTRALE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

RICHARD P. PIZZELLO
 Chairman

JACKSON, LUTHER
Coordinator

NATHAN J. DREGLI BRITENCOUR
Paralel Member

Segundo Miembro

Em memória aos meus avós Faustina e Francisco Domingues que me ensinaram a acreditar,
lutar e jamais desistir.

“Esse crime, o crime sagrado de ser divergente, nós o
cometeremos sempre”

Pagu

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela vida e saúde e por ter oportunizado a concretização do presente estudo.

A minha família por terem me incentivado em todo o processo e sempre me darem forças para continuar. Vocês me mostraram que não há limites que não possamos superar juntos. Agradeço especialmente a minha mãe Silvana pelo exemplo de luta e resistência.

A minha madrinha Nena e ao Chico por cuidarem de mim e me darem os melhores conselhos.

Ao meu orientador e amigo, Ricardo Prestes Pazello, pelo carinho, paciência e cumplicidade nesta jornada.

Ao meu coorientador, Jacson Zílio, pela amizade e contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todas as companheiras e a todos os companheiros de luta que me ajudaram, me motivaram e se dispuseram a construir esse estudo comigo. Em especial à Naiara Bittencourt e ao Fernando Gallardo Prioste, pela disponibilidade e auxílio, bem como a toda a equipe da Terra de Direitos pelo companheirismo.

A Karla Oliveira que mesmo em trabalho de parto contribuiu imensamente para o desenvolvimento desta monografia e a pequena Iara que nos trouxe muita alegria com sua chegada.

A Turma Nilce de Souza Magalhães por todo o aprendizado. A convivência com vocês foi uma experiência única e intensa. Apreendi mais sobre os movimentos do campo, sobre as diversidades culturais e religiosas de nosso país, sobre a importância da união e companheirismo.

A Casa da Estudante Universitária de Curitiba - CEUC por ser o meu “lar em terra estranha”. A CEUC foi essencial para minha permanência em Curitiba. Participar de uma casa de mulheres estudantes, autogestionada, foi uma das coisas mais maravilhosas que este curso me proporcionou.

Às professoras, aos professores, às parceiras e aos parceiros que compartilharam o conhecimento e a amizade durante o curso. Vocês foram uma família aqui.

A toda a equipe da UFPR, em especial à Jane do Rocio e à dona Regina dos Prazeres pelos mates e pelas boas conversas.

Ao Teatro Barracão Encena por reavivar o meu amor pela arte e me mostrar que nada é impossível quando se acredita.

Mas principalmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que me transformou como sujeita. O MST me cativou com sua mística e me transformou por meio dos processos de formação política. Gratidão.

RESUMO

A presente monografia tem por objeto o estudo da criminalização da luta pela terra. Dada a complexidade do tema, adotou-se como recorte a formação e consolidação do MST como um movimento popular de luta pela terra e pela justiça social, seu desenvolvimento no Sudoeste Paulista e o contexto que levou à ocupação da Fazenda Santo Henrique. Além de analisar a criminalização decorrente da ação dos camponeses sem terra, foi examinado a imputação de formação de quadrilha ou bando presente no processo judicial do caso Cutrale. Por meio do presente estudo, pode-se concluir que a criminalização da luta pela terra é uma decorrência histórica da transformação da terra em mercadoria. Ademais, observou-se que a criminalização da luta pela terra, firmada na seletividade do sistema penal, é o alicerce para a manutenção do quadro de concentração fundiária no Brasil. Por fim, concluiu-se que a ação do movimento sem terra é um exercício de direito constitucional e por isso não se enquadra no tipo de injusto do delito de formação de quadrilha ou bando, atualmente tratado como “associação criminosa”.

Palavras-chave: Transformação da terra em mercadoria. Direitos. Grilagem de terras. MST. Luta. Criminalização. Caso Cutrale.

RESUMEN

El propósito de esta monografía es estudiar la criminalización de la lucha por la tierra. Dada la complejidad del tema, la formación y consolidación del MST se adoptó como un movimiento popular para la lucha por la tierra y la justicia social, su desarrollo en el suroeste de Paulista y el contexto que condujo a la ocupación de Fazenda Santo Henrique. Además de analizar la criminalización resultante de la acción de los campesinos sin tierra, se examinó la imputación de la formación de pandillas o la pandilla presente en el proceso judicial del caso Cutrale. A través del presente estudio, se puede concluir que la criminalización de la lucha por la tierra es una consecuencia histórica de la transformación de la tierra en mercancía. Además, se observó que la criminalización de la lucha por la tierra, basada en la selectividad del sistema penal, es la base para mantener el marco de concentración de la tierra en Brasil. Finalmente, se concluyó que la acción del movimiento sin tierras es un ejercicio de derecho constitucional y, por lo tanto, no se ajusta al tipo de pandilla injusta o delito de pandilla que actualmente se trata como una "asociación criminal".

Keywords: Transformación de la tierra en mercancía. Derechos El acaparamiento de tierras. MST. Pelea Criminalización Caso Cutrale.

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

CIPM – Companhia Independente da Polícia Militar

CIPOMA – Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente

CIR – Christliche Initiative Romero

CP - Código Penal

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IOS – Instituto Observatório Social

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SBT – Sistema Brasileiro de Televisão

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL	15
1.1 O processo de transformação da terra em mercadoria	15
1.2. Processo de ocupação colonizatório da terra.....	18
1.3. História da luta pela reforma agrária moderna.....	26
2 CONTEXTO DA REGIÃO E DO CASO CUTRALE.....	35
2.1 A formação do MST no Estado de São Paulo.....	36
2.2 Processo de ocupação do Sudoeste Paulista	41
2.3 Núcleo Colonial Monção	43
2.4 Sucocítrico Cutrale Ltda.....	49
3 CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA	54
3.1 O problema da criminalização.....	54
3.2 O Caso Cutrale	60
3.3 Análise da imputação de formação de quadrilha ou bando presente no processo judicial do Caso Cutrale.	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78
ANEXO 1 – DENÚNCIA CUTRALE.....	84

INTRODUÇÃO

No ano de 2009 foi noticiada em toda a mídia nacional a ocupação da Fazenda Santo Henrique, pertencente à empresa Sucocítrico - Cutrale Ltda., no Município de Borebi, São Paulo, realizada pelos integrantes do MST. Imagens de tratores destruindo pomares de laranjas foram divulgadas em veículos de comunicação de todo o território brasileiro, de modo sensacionalista, causando grande comoção nacional e uma consequente criminalização dos militantes pelo ato “depredatório”, “vândalo”.

Buscando entender o contexto da ocupação supramencionada, as investigações e as reflexões acerca do tema possibilitaram visibilizar as contradições existentes entre o agronegócio e o campesinato. O processo de apropriação da terra é marcado por grilagens de terra, falsificações de cadeias dominiais, violência e expropriação forçada das terras camponesas. A aliança entre os proprietários de terra e o capital, bem como o papel do Estado na legitimação dos latifúndios, levaram a uma criminalização dos camponeses que resistem no campo e lutam pela permanência na terra.

No caso apresentado, os trabalhadores sem terras ocuparam a Fazenda Santo Henrique visando a denunciar a grilagem praticada pela empresa Cutrale. Conforme apontam os estudos realizados pelo INCRA, a Fazenda Santo Henrique está localizada dentro da área do antigo Núcleo Colonial Monção, um programa governamental de colonização que objetivava a concessão de terras para imigrantes estrangeiros e colonos brasileiros. O governo federal não conseguiu concluir o programa, de modo que as terras públicas passaram a ser alvo de grilagens.

A Cutrale adquiriu a Fazenda Santo Henrique ciente da sua condição de terra pública, pagando preço inferior ao de mercado, principalmente, em razão do clima favorável à cultura de frutas cítricas. De modo violento, pagou capangas para que realizassem uma retirada forçada dos sem terras que estavam acampados na terra recém-comprada. Em face da injustiça cometida e indignados com a justiça silente à violência sofrida, os sem terras ocuparam a Fazenda Santo Henrique em 2009, culminando no episódio nacionalmente conhecido e demonizado.

A escolha desse tema para o presente estudo se deve à proximidade da autora ao caso, uma vez que é militante do MST e cresceu no município de Iaras, no bojo dos conflitos fundiários que englobam a região. A inquietude com a situação de injustiça vivenciada

despertou o interesse por buscar compreender o processo de formação do latifúndio na região e também a história da luta e da resistência das camponesas e dos camponeses pela terra.

Desta forma, o presente trabalho tem por objeto o estudo da criminalização da luta pela terra. Dada a complexidade do tema, adotou-se como recorte a formação e consolidação do MST como um movimento político de luta pela terra e pela justiça social, seu desenvolvimento no Sudoeste Paulista e o contexto que levou à ocupação da Fazenda Santo Henrique.

Além de analisar a criminalização decorrente da ação dos camponeses sem terra, será também examinado a imputação de formação de quadrilha ou bando presente no processo judicial nº 007666-56.2009.8.26.0319, em trâmite na 1ª Vara Judicial do Foro Central da Comarca de Lençóis Paulista, São Paulo. Busca-se demonstrar que a ação do movimento sem terra é um exercício de direito constitucional e por isso não ocorre a subsunção à norma penal.

A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi a revisão bibliográfica, as pesquisas legislativa, jurisprudencial e processual e a consulta aos materiais secundários. A abordagem do tema é crítica, de modo que, quando da escolha dos autores, foi dada preferência aos de cunho marxista.

À vista disso, no primeiro capítulo desta monografia se fará uma breve análise do processo de transformação da terra em mercadoria e suas implicações. Serão abordados o tratamento da terra em Portugal e seus reflexos na colonização brasileira, a instituição da propriedade privada, a formação dos grandes latifúndios e a resistência e luta do campesinato pela terra. Será resgatada a formação e consolidação do MST como um movimento de lutas de classe e sua oposição ao modelo expansivo do agronegócio.

A luta do MST pela terra se dá em diversas fases, sendo a primeira fase a denúncia da irregularidade da terra, por meio da ocupação. As ocupações de terra são essenciais, pois atraem a atenção do estado para uma situação de irregularidade e o pressiona a cumprir a Constituição da República, mediante a concretização da Reforma Agrária. A luta, no entanto, não acaba aí. Mesmo com a distribuição da terra irregular para as famílias acampadas, a luta continua com o objetivo de dar a essas famílias condições para produzirem e viverem da terra.

A luta pela terra sempre se renova e encontra novos objetivos, pois, é compreendida como uma luta de classe, com vistas à reforma agrária e à soberania popular. Isso engloba

desde a integração entre o campo e a cidade, para que todos os trabalhadores tenham acesso a uma alimentação de qualidade, até novas pautas, como a agroecologia e a sustentabilidade.

No segundo capítulo, o presente trabalho se debruçará sobre o contexto da região do sudoeste paulista e do Caso Cutrale, explicando as condições socioeconômicas da região, o processo de grilagem das terras, a instalação da empresa Sucocítrico Cutrale na Fazenda Santo Henrique e os conflitos fundiários dela originados.

Por fim, no terceiro capítulo se dedicará ao processo de criminalização dos militantes do MST no cenário do processo da Cutrale. O MST nasce da resistência camponesa frente aos flagelos do agronegócio e enfrenta, em função disso, toda sua fúria. Desde sua gênese, o MST sofre ataques que objetivam deslegitima-lo, perseguição aos camponeses que lutam pela terra e sua consequente criminalização pelo Estado, enquanto garantidor dos interesses da classe dominante, e pela sociedade, devido a hegemônica ação midiática capitalista.

1 HISTÓRIA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”.¹ A frase, de Margarida Maria Alves, símbolo da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, retrata bem a luta pela terra no Brasil. Desde a chegada dos colonizadores lusitanos, o país é marcado pela intensa concentração fundiária. Ao longo dos anos, a luta pela terra e pela permanência no campo foi perene. Inúmeras pessoas perderam a vida na busca por um pedaço de chão para produzir e viver com dignidade.

Considerando ser a institucionalização da propriedade privada um reflexo da transformação da terra em mercadoria, na primeira parte deste capítulo se resgatará o processo de transformação da terra em mercadoria e suas implicações.

Prosseguindo, na segunda parte se examinará o processo de ocupação originária da terra, o tratamento da terra em Portugal e seus reflexos na colonização brasileira, a instituição da propriedade privada e a formação dos grandes latifúndios no Brasil.

Na terceira parte, por fim, será analisada a história da luta pela terra, focando-se na formação e consolidação do MST como um movimento de lutas de classe e sua oposição ao modelo expansivo do agronegócio.

1.1 O processo de transformação da terra em mercadoria

*Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos
privam de viver e de amar!*

Malditas sejam todas as cercas, Pedro Casaldáliga

Para embasar o estudo sobre a mercantilização da terra, elegeu-se como principal base teórica o professor Carlos Frederico Marés de Souza Filho², advogado e jurista brasileiro,

1 Margarida Maria Alves, nascida em 05 de agosto de 1933, em Alagoa Grande, no Brejo Paraibano, foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de sua cidade. Dedicou-se à luta pelos direitos dos trabalhadores sem terra, confrontando os interesses dos latifundiários. Margarida foi assassinada por um pistoleiro de aluguel no dia 12 de agosto de 1983, três meses e onze dias após ao importante discurso de comemoração ao 1º de maio, na cidade de Sapé. O crime teve repercussão internacional, com denúncia encaminhada à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Para mais informações acesse: <<http://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens/>>. Acesso em agosto de 2019.

2 Integrante do Instituto de Pesquisa em Direito e Movimentos Sociais (IPDMS). Presidente do Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPEDIS). Membro do Grupo de Trabajo "Derecho, Clases Sociales y Reconfiguración del Capital", de CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales). (...) Foi

cujas formulações teóricas contribuíram muito com a luta dos povos tradicionais e dos movimentos populares. As obras referenciadas no presente estudo são “A função social da terra” e “Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural”.

Marés ensina que a concentração da produção numa gleba de terra, em proveito de um só sujeito (propriedade privada) é uma construção humana recente e localizada.³ A concepção de propriedade moderna foi sendo forjada com o mercantilismo a partir do século XVI, tendo como base o surgimento das classes sociais. Marés destaca, como marco jurídico fundamental da propriedade privada, a revolução francesa e, por conseguinte, a elaboração das constituições nacionais, que se propuseram a organizar o Estado e a garantir a circulação de mercadorias e direitos no aspecto subjetivo.

A Revolução Francesa marca o remate do processo de lutas e transformações sofridas pela Europa, consolidando a burguesia como “senhora do poder civil da sociedade”.⁴ O Estado moderno, segundo o professor Marés, foi construído para garantir a propriedade como um direito universal. Por isso, adotou como lema a igualdade e a liberdade, pois somente homens livres e iguais entre si poderiam se tornar proprietários de terra, adquirindo-as e as transferindo livremente.

Leciona Marés que

Os trezentos anos que antecederam a “constituição do Estado moderno serviram para que a teoria européia fosse desenhando o seu perfil e fundamento. Os filósofos e políticos daqueles séculos foram discutindo como se deveria organizar o poder civil, desde o início do século XVI até o século XIX, Lutero, Calvino, Bodin, Hobbes, Maquiavel, Morus, Pufendorf, Francisco de Vitória, Bartolomé de Las Casas trataram da sociedade organizada, do Estado, da política, dos governos, da religião, de Deus e dos direitos, que encontravam no próprio sistema legitimidade e funcionalidade. Nestas discussões surgia sempre a idéia e a justificativa da propriedade que iria ser o grande direito individual a ser assegurado pelo nascente Estado.⁵

Conforme aponta Marés, a Igreja Católica exercia indiscutível influência sobre a construção do Estado e do Direito, posto que a maioria dos teóricos da época sofriam sua

exilado político no Uruguai, Chile, Dinamarca e São Tomé e Príncipe (África), de 1970 a 1979. Tem sido advogado de povos indígenas, desde 1980. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6113709861428620>> Acesso em maio de 2019.

3 SOUZA FILHO, C.F.M de. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003, p. 12.

4 SOUZA FILHO, C.F.M de. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003. p. 18.

5 IBD, p. 19

influência. Observa-se que até o século XVIII a Igreja manteve-se silente a respeito da temática, silêncio esse questionável, pois, embora não tenha tecido nenhuma crítica ao nascente instituto da propriedade privada, cobrava dízimos e indulgências dos proprietários. Somente às vésperas da constitucionalização do Estado, a Igreja católica manifestou-se reconhecendo a propriedade privada como um direito natural, superior aos demais direitos criados pelos homens. Essa concepção foi incorporada à Constituição Portuguesa de 1822, que reconhecia a propriedade como um direito sagrado e inviolável.

No século XX, observa-se uma mudança no posicionamento da Igreja católica em relação à propriedade privada da terra. Como exemplo dessa transformação, Marés cita o discurso inaugural do Papa João Paulo II no Seminário Palafoxiano de Puebla de Los Angeles, no México, em 1979, oportunidade na qual o líder católico critica que: “sobre toda propriedade pesa uma hipoteca social”.⁶ No mesmo sentido, em 1997, o Pontifício Conselho Justiça e Paz aprovou o documento intitulado “Para uma melhor distribuição da terra? O desafio da reforma agrária”.

Tendo em vista a influência de Portugal na formação do direito e da sociedade brasileira, Marés analisa a concepção de propriedade da terra adotada pelos portugueses. Conforme leciona o professor, Portugal, desde o seu nascimento no século XII condicionou a propriedade da terra ao seu cultivo. Ao analisar a lei portuguesa de terras daquele período, Marés aponta as medidas legislativas adotadas para estimular a produção agrária, passando da perseguição dos vadios para o Instituto das Sesmarias, que obrigava os proprietários a lavrar a terra sob pena de perdê-la para os interessados em nela produzir. Havia ainda a imposição de penas severas como a expropriação, açoite ou o desterro.

Neste sentido, contribui Lígia Osório Silva:

Mesmo sendo um regime que favorecia a constituição da grande propriedade, o sistema sesmarial teve uma preocupação acentuada com a utilização produtiva da terra, expressa na cláusula de condicionalidade da doação, atrelada ao cultivo da terra. Essa cláusula dispunha que o sesmeiro (aquele que recebia a terra) tinha cinco anos para torná-la produtiva, devendo esta retornar ao senhor original (a coroa portuguesa) caso essa exigência não fosse cumprida. Esse é o sentido original do termo terras devolutas - terras concedidas e não aproveitadas que retornavam ao doador.⁷

⁶ IBD, p. 22

⁷ SILVA, Lígia Osório. **As leis agrárias e o latifúndio improdutivo**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, 1997, SEADE, v. 11, n. 2, p. 1.

Com o avanço da propriedade mercantilista, incentivada pela conquista das Américas e do novo caminho para as Índias, se remodelou o pensamento filosófico e jurídico existente. Embora a propriedade mercantil portuguesa tenha nascido como um direito ao uso produtivo da terra, paulatinamente se tornou um direito independente, cuja legitimidade se vinculava ao negócio jurídico: a troca da terra por dinheiro ou outro bem de valor econômico.

A terra, no modelo capitalista, passa a ser apenas uma mercadoria, conforme bem explica Marés:

A terra, no capitalismo, tem seu valor independente do uso, mas para que haja uso, isto é, produção de mercadorias. Como a terra não transfere seu valor para as mercadorias produzidas, ela passou a ser uma mercadoria em si, com tanto mais valor quanto mais vazia estiver.⁸

Nas palavras de Marés: “o desenvolvimento capitalista transformou a terra em propriedade privada, e a terra transformada em propriedade privada promoveu o desenvolvimento capitalista”.⁹ O novo tratamento conferido à terra causa a destruição da natureza e segrega as pessoas, expulsando da terra aqueles que não possuem dinheiro para comprá-la.

Uma vez compreendida a construção da propriedade privada da terra e a forma com que esta se desenvolveu em Portugal, passa-se a examinar a colonização do Brasil e a influência portuguesa na formação da propriedade da terra no país.

1.2. Processo de ocupação colonizatório da terra

*Malditas sejam todas as leis, amanhadas por umas poucas mãos, para ampararem
cercas e bois e fazerem da terra escrava e escravos os homens!*
Malditas sejam todas as cercas, Pedro Casaldáliga

O processo de ocupação colonizatória das terras brasileiras pelos portugueses é descrito por Darcy Ribeiro como superagressivo e destrutivo. Quando os europeus chegaram às Américas, mais de 1 milhão de indígenas da matriz tupi habitavam o litoral brasileiro,

⁸ SOUZA FILHO, C.F.M de. **Terra mercadoria, terra vazia:** povos, natureza e patrimônio cultural. Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, v. 1, p. 57-71, 2015A.

⁹ SOUZA FILHO, C.F.M de. **A função social da terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

divididos em grupos tribais que viviam da caça, da pesca e da agricultura. Embora se possa classificá-los como uma macroetnia, os povos tupis não formavam uma nação única. Suas unidades étnicas, ao crescer, dividiam-se em entidades autônomas afastando-se das demais e diferenciando-se nos costumes.¹⁰

Em relação à cultura, Darcy Ribeiro expõe que os núcleos tupis viviam em permanente guerra com as demais tribos, tanto pela busca constante de expansão territorial, como pela interação intertribal. Essa interação se dava pela realização de expedições guerreiras, onde se capturavam prisioneiros para a prática da antropofagia ritual.

A chegada dos portugueses na costa brasileira atuou destrutivamente em vários planos: o biótico, por meio da disseminação de doenças até então inexistentes; o ecológico, pela disputa territorial e a inserção da lógica capitalista da acumulação de riqueza; o econômico e social, pela escravização do indígena e a mudança das relações de produção a que foram submetidos; e no plano étnico e cultural, por ter dado origem a uma nova etnia, fundada em nova cultura, proveniente da miscigenação forçada nascida de estupro do indígena, do europeu e do negro.

A lógica mercantilista foi imposta, transformando a natureza em mercadoria e visando o lucro de Portugal. Graças à riqueza do solo, os fatores climáticos e os recursos naturais disponíveis no país, os colonizadores passaram a produzir produtos tropicais em alta escala visando alavancar o mercado europeu. A lógica implantada durante o período colonizatório se manteve firme. Segundo estatísticas organizadas pelo Banco do Brasil, em meados do século XIX eram exportados mais de 80% do que era produzido no Brasil.¹¹

O modelo produtivo adotado no escravismo colonial foi a “plantagem¹²”, descrita por Jacob Gorender como unidades de produção agrícola em grande escala, de direção unificada,

10 RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 p. 30-34.

11 STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional 1550-1960. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 19-24.

12 A respeito da expressão “plantagem”, Gorender, em nota de rodapé, explica que: “As grandes explorações agrícolas com trabalho escravo, surgidas no contingente americano à época do mercantilismo, têm sido designadas, na literatura de língua portuguesa, pelo nome de *plantation*, vocábulo emprestado do inglês e sempre impresso em itálico. (...). O esdrúxulo consiste em que escritores de língua portuguesa precisem deste vocábulo estrangeiro a fim de indicar uma forma de organização econômica que Portugal teve muito antes da França e da Inglaterra (nas ilhas atlânticas) e que, no Brasil, apresentou-se sob um modelo clássico e de duração mais prolongada do que em outras regiões. Em lugar de *plantation* alguns autores empregam “plantação” ou “grande lavoura”. Ambas essas expressões linguísticas sofrem da desvantagem da carência de univocidade, prestando-se a confusões. Proponho substituir *plantation*, em vernáculo, por plantagem. (...) sendo vocábulo em desuso na linguagem comum e de todo ausente na literatura historiográfica e econômica, terá significação unívoca (...)”. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978, p. 119, rodapé.

adequada ao emprego do trabalho escravo, cuja função primordial consistia no abastecimento do mercado mundial. Esse modelo se diferenciava por produzir os bens necessários à subsistência dos trabalhadores escravizados, objetivando a redução dos custos de reprodução, bem como a fabricação e reparo de instrumentos de trabalho. Quanto à sua localidade, dava-se preferência às áreas próximas aos portos, para facilitar o transporte das cargas aos navios transportadores.¹³

Sobre a plantagem:

Podemos observar nos quadros estatísticos anexos, organizados por Darcy Ribeiro, como, do ponto de vista da população, a adoção do modelo agroexportador sob o império da plantation foi um verdadeiro genocídio para o povo brasileiro. A população nativa que já habitava o território, em 1500, era de aproximadamente 5 milhões de pessoas. Acrescente-se que foram trazidos milhões de trabalhadores escravizados da África e, depois de 350 anos de exploração, no fim do século 19, havia pouco mais de 5 milhões de habitantes. Ou seja, foi um grande massacre de nossa população, indígena e negra, pelo capitalista colonizador europeu, que, sem sua presença, teria se multiplicado aos milhões no mesmo período. Além do genocídio que representou a morte de milhões de pessoas escravizadas na África, durante o transporte e pela não adaptação ao território.¹⁴

O modelo agroexportador da plantagem marcou a história do país com sangue indígena e africano. Infelizmente, seus reflexos podem ser observados ainda hoje: a desvalorização da vida humana e do meio ambiente em face do capital.

A terra, conforme explica Stédile, era monopolizada pela monarquia portuguesa, de forma que inexistia propriedade privada. Com o intuito de incrementar a agroexportação e o incentivo capitalista na produção de mercadoria, a Coroa adotou a modalidade de sesmaria (concessão de uso), que consistia na entrega de enormes extensões de terra aos colonizadores capitalistas, com direito hereditário.

A monarquia portuguesa utilizava-se de critérios políticos e sociais para a seleção dos eleitos à concessão de uso, sendo um dos principais parâmetros a disponibilidade de capital para investir na produção de mercadorias, que por sua vez deveriam ser exportados ao mercado europeu.

13 Para maiores informações acerca do modelo de produção “plantagem”, recomenda-se a leitura do livro “O escravismo colonial, de Jacob Gorender, dada a sua importância para a compreensão da história do país. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978, p. 121-122.

14 STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1550-1960**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 26.

Como ensina Silva: “O aspecto mais importante do instituto de sesmarias foi a sua adaptação aos objetivos da produção colonial. Esta é uma parte da história das relações do colono com a terra: grandes propriedades produzindo para a exportação com base no trabalho escravo”.¹⁵

Segundo Venturelli, a adoção das sesmarias como um sistema de controle de terras, aliado ao emprego de mão de obra escrava, tinha como objetivo privar o acesso dos trabalhadores livres à terra, garantindo a acumulação de capital.¹⁶ A posse exercida pelos trabalhadores livres era compreendida como uma ameaça à autoridade soberana da metrópole lusitana, de modo que os conflitos no campo eram constantes:

Os conflitos no campo brasileiro se caracterizam de forma primaz pela posse. Essa posse que pode ser entendida como um fenômeno social que marca o campesinato brasileiro. A negação a terra ou a sua expropriação são os principais condicionantes que inferem a posse. (...) Nessa definição, fica a questão da posse ser entendida como o antagônico à propriedade privada, ou seja, a posse é vista como algo marginal, que acontece a parte do avanço do capital, e quando interpretada pelo senso comum, ganha a feição de algo que quebra a ordem da mercantilização da terra.¹⁷

Esses camponeses “posseiros” não eram atraentes aos olhos capitalistas, nem atendiam aos interesses da Coroa Portuguesa, uma vez que sua produção era voltada ao abastecimento do mercado interno e não se inseriam no esquema de produção da agricultura de exportação¹⁸. À vista disso, o combate à posse era fenômeno constante. De acordo com Venturelli, a expulsão violenta dos posseiros de suas terras obrigava-os a buscarem novas áreas para se instalar ou se incorporar nas fazendas como agregados.¹⁹

Ao explicar o processo de territorialização da propriedade capitalista brasileira, Bernardo Mançano Fernandes explica que o poder do domínio prevaleceu sobre a posse, isso

15 SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 333.

16 VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e poder: as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 37.

17 IBID, p. 41.

18 IBID, p. 38

19 IBID, p. 40/41

porque a posse era lograda por meio do trabalho e o domínio pelas armas e pelo poder econômico.²⁰

Conforme expõe Silva, o trabalho escravo “recriava permanentemente a disponibilidade de terras para os agentes da exploração econômica, isto é, o senhoriato rural que se vai formando nas colônias”, permitia “a manutenção da disponibilidade de terras para a camada social que produzia de acordo com as exigências do sistema colonial”.²¹

Venturelli complementa que:

[...] o sistema escravocrata representava uma contradição à acumulação de capital, uma vez que os fazendeiros estavam em condições de personificar as necessidades de reprodução do capital, sem depender de uma nova classe social, distinta a de proprietários fundiários, ou seja, a de trabalhadores assalariados, que configuraria em um mercado consumidor, fato difícil de ser construído em uma base produtiva pautada na exploração escravista.

O modelo escravocrata já não atendia às demandas capitalistas. Assim, em decorrência das pressões inglesas para que a Coroa portuguesa abolisse a escravidão, substituindo-a pelo trabalho a assalariado, foi promulgada em 1850 a primeira lei de terras do país. A Lei de Terras de 1850 representou um marco jurídico para adequação do sistema econômico, proporcionando fundamento jurídico para a propriedade privada das terras.

Conforme bem explana Martins:

Seria engano supor que a finalidade da Lei de Terras fosse a de democratizar o acesso à propriedade fundiária. Na verdade, ela nasceu como instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas não ocupadas economicamente. Com isso, o que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários.²²

20 FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 27

21 SILVA, 2008, p. 33

22 MARTINS, J. S. **O cativo da terra** [E-book]. 9ª edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010. Não paginado. Disponível em: <<http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/O-Cativo-da-Terra-Jos%C3%A9-de-Souza-Martins-1.pdf>> Acesso agosto de 2019.

A primeira lei de regulamentação da terra no país foi forjada como um instrumento para garantir a manutenção de poder e a segregação social no campo²³, legitimando as desigualdades já existentes e a consolidação dos grandes latifúndios, que persistem até a atualidade.

Nas palavras de Martins,

A propriedade latifundista da terra se propõe como sólida base de uma orientação social que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País. [...] A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros.²⁴

Com a generalização da propriedade privada da terra, esta, como bem pontua Venturelli, “se mostra não apenas como ferramenta de produção, mas também como fonte de exploração do trabalho, seja ela assalariada, seja se valendo de relações de produção tipicamente não capitalistas”.²⁵

No Brasil, a propriedade privada da terra é a materialização de poder se extensão de um domínio e que dificilmente é renegada e expropriada de quem a detém. Portanto, a relação terra, território e Estado, sob este aspecto, é um amálgama quase indivisível, já que quem detém o domínio da terra constrói formas de produção (capitalistas ou não capitalistas), as quais definem a formação de um território, que pode, dependendo da formação dessa classe social, direcionar as ações de um Estado. Com isso, surge o Estado como uma ordem jurídica, a fim de manter as necessidades dos detentores do poder, em determinado momento histórico.²⁶

À vista disso, em 13 de maio de 1888 foi sancionada a Lei Áurea, declarando extinta a escravidão no país. Pode-se considerar o rompimento com o modelo escravocrata como um projeto político de geração de mão de obra barata para fomentar a produção capitalista. Isso

23 VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e poder:** as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 59.

24 MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso.** 2a Ed, São Paulo: Hucitec, 1999, p. 12-13.

25 VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e poder:** as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.69.

26 FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em Disputa:** Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema. 2009, Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo, p. 41

porque não foram adotadas quaisquer medidas para auxiliar na estruturação dos quase dois milhões de trabalhadores ex-escravizados.²⁷

A esse respeito, Caio Prado Jr explicou que:

No Brasil, o que tivemos como organização econômica, desde o início da colonização, foi a escravidão servindo de bases de uma economia mercantil. com a abolição da escravidão (preenchida de um processo de substituição progressiva do trabalho escravo pelo trabalho livre, desde a supressão do tráfico africano), era natural que as classes dominantes e senhoras dos meios e fatores de produção, inclusive e sobretudo a terra, procurassem se aproveitar da tradição escravista ainda muito próxima e viva, para o fim de intensificarem a exploração do trabalhador.²⁸

A inserção da população negra no trabalho livre se desenrolava como uma continuação das relações de escravidão.²⁹ A luta dos ex-escravizados pela liberdade se desdobrou na luta pela terra que lhes era negada. Ao mesmo tempo em que os trabalhadores lutavam pela terra, os ex-senhores de escravos e fazendeiros a grilavam.³⁰

Stédile cita como um dos motivos da desestabilização do modelo agroexportador da plantagem as histórias das lutas sociais e das revoltas populares. Para substituir a mão de obra escrava, a Coroa usou de artimanhas para atrair os camponeses europeus excluídos dos campos pelo avanço do capitalismo industrial. Com a promessa de terra fértil e barata, mais de 1,6 milhões de camponeses navegaram para o Brasil, os quais, para pagar as glebas de terra, se integraram na produção para o mercado. No entanto, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914/1918) cessou-se o comércio entre as Américas e a Europa e o uso de navios para transportes de imigrantes, reformulando-se o ciclo da agroexportação.³¹

Ainda, ao tratar do campesinato, o autor afirma que sua vertente se deve a dois fatores: o primeiro seria a imigração dos camponeses europeus, que se estabeleceram nas regiões Sul e Sudeste e praticaram a agricultura; o segundo foi oriundo da miscigenação dos povos brancos e negros, índios e negros, índios e brancos e seus descendentes, ao longo dos 400 anos de

27 **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional – 1500-1960 / João Pedro Stedile (org) ; Douglas Estevam (assistente de pesquisa)--2. ed.-São Paulo: Expressão Popular, p. 24

28 PRADO JR, Caio Prado. **A questão agrária no Brasil**. 3ª Ed, São Paulo: Brasiliense, 1981, p.68.

29 MARTINS, J. S. **O cativo da terra** [E-book]. 9ª edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010. Não paginado. Disponível em:<<http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/O-Cativo-da-Terra-Jos%C3%A9-de-Souza-Martins-1.pdf>> Acesso agosto de 2019.

30 FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 27.

31 **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional – 1500-1960 / João Pedro Stedile (org) ; Douglas Estevam (assistente de pesquisa)--2. ed.-São Paulo: Expressão Popular, ps. 24/25.

colonização. Estes últimos, migraram para o interior do país, cultivando a terra individual e coletivamente nos sertões.³²

A crise do modelo agroexportador desencadeou uma crise política e institucional no país, afetando as classes dominantes, uma vez que a maioria da população vivia em condições análogas à escravidão e os demais encontravam-se nos sertões. Como resultado, o próprio Exército, num golpe militar, rompeu com a monarquia e estabeleceu uma república, sem qualquer participação popular³³.

Com a Ditadura Militar, foi criado o Estatuto da Terra, que nas palavras de Martins “faz, portanto, da reforma agrária brasileira, uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos”.³⁴ Conforme bem explica Martins:

O Regime Militar, por esses meios, procurou modernizar, mantendo-a, a propriedade da terra, afastando, portanto, a alternativa de uma reforma agrária radical que levasse à expropriação dos grandes proprietários de terra com a sua conseqüente substituição por uma classe de pequenos proprietários e pela agricultura familiar, como se sucedera em outras sociedades. Ao mesmo tempo, comprometeu os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas. No fim das contas uma tentativa de instituir uma base estável para a aliança política que ganhou forma com a Revolução de 1932. Com a diferença, porém, de que não se tratava de mera aliança política, como se dera até 1964, mas agora de uma substantiva aliança social e econômica. Uma opção, portanto, de larga durabilidade e não apenas uma opção transitória para esvaziar as tensões sociais no campo.³⁵

Com a agricultura subordinada à indústria, as oligarquias rurais continuaram produzindo para a exportação, sem, contudo, deter o poder político. A burguesia industrial manteve o latifundiário como uma classe social, pois, além de ter sua origem na oligarquia rural, precisava importar máquinas e operários da Europa e dos Estados Unidos, o que só era possível pela continuidade das exportações agrícolas. Em virtude desta relação, surgiu um setor da indústria voltada à produção de insumos e ferramentas para a agricultura e a agroindústria, que beneficiava os produtos agrícolas.³⁶

32 Id.

33 IBID, p. 27/28.

34 MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2o Ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 96.

35 MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**. 2a Ed, São Paulo: Hucitec, 1999, p. 80.

36 **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional – 1500-1960 / João Pedro Stedile (org) ; Douglas Estevam (assistente de pesquisa)--2. ed.-São Paulo: Expressão Popular, p. 29.

O desenvolvimento desse modelo possibilitou o surgimento de uma burguesia agrária, formada por grandes proprietários de terra orientados ao comércio interno. Com a modernização da grande propriedade e o consequente êxodo rural, os camponeses foram introduzidos no mercado, fornecendo mão-de-obra barata para a indústria nas cidades.³⁷

1.3. História da luta pela reforma agrária moderna

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.
Rosa Luxemburgo

A história da formação do Brasil, conforme brevemente resgatado, é marcada pela invasão das terras indígenas, pela escravidão, pela exploração capitalista, mas sobretudo, pela resistência dos povos às mazelas impostas. É o que ensina Bernardo Mançano Fernandes, no livro “A formação do MST no Brasil”:

Neste processo de formação de nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativeiro da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão que marcaram a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas.³⁸

Os camponeses brasileiros, desde sua formação, resistiram aos grileiros, aos latifundiários e ao Estado enquanto representante da classe dominante. Desde meados do século XX, a luta pela terra e pela reforma agrária ganhou vários contornos e novas formas de organização, indo desde a formação das Ligas Camponesas³⁹, passando pelas diferentes formas de associações, o sindicato dos trabalhadores rurais, até a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

37 Id.

38 FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000, p. 25.

39 Nas palavras de Bernardo Mançano Fernandes: “As Ligas Camponesas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Foram criadas em quase todos os Estados e organizaram dezenas de milhares de camponeses. Elas tinham o apoio do Partido Comunista Brasileiro, do qual eram dependentes. Em 1947, o governo Dutra declarou o PCB ilegal e, com a repressão generalizada, as Ligas foram violentamente reprimidas, muitas vezes pelos próprios fazendeiros e seus jagunços”. FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2000, p. 30.

Pode-se afirmar que as Ligas Camponesas foram o primeiro movimento organizado que reivindicava, explicitamente, a reforma agrária:

Vários foram os movimentos no campo que marcaram a década de 50 no Brasil. No entanto, as Ligas Camponesas tiveram um papel muito singular, tendo em vista a magnitude que o movimento alcançou ao longo da década de 50 e início da década de 60, espalhando-se por boa parte do país e colocando na ordem do dia a propriedade da terra.⁴⁰

Quanto à gênese do MST, João Pedro Stédile em entrevista a Bernardo Mançano Fernandes, explica que:

O MST nasceu no Sul em função de um conjunto de fatores, que tem suas raízes nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura. Mesmo assim nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas.⁴¹

O surgimento do MST foi determinado por diversos fatores, dentre os quais as transformações que a agricultura passou na década de 70. José Graziano da Silva, ao analisar o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura, denomina esse período de “modernização dolorosa”, haja vista que modernizou as tecnologias do campo, porém, manteve a concentração fundiária e o processo de exclusão social dos trabalhadores.⁴²

Ao mesmo tempo que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso tenham que continuar seu devir histórico: ter a terra como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade de sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo. Quando essa possibilidade de recuperar a fração do território perdido não pode ser realizada, ele encontra novas formas de luta para abrir acesso à terra camponesa, onde ela se tornou capitalista. O Movimento dos Sem-Terras é um bom exemplo dessa realidade.⁴³

40 BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: AnnaBlume, 2004, p. 74

41 STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A história do MST e a luta pela terra no Brasil**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 3ª reimpressão, 2005, p. 18.

42 SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1982.

43 OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p. 26.

No sul do país, considerado o berço do MST, segundo Stédile, o cultivo da soja acelerou a mecanização da agricultura, acarretando na expulsão de grande massa de camponeses. Para essa população foram postas duas alternativas: migrar para as regiões de colonização no norte para trabalhar no garimpo e no extrativismo de madeira ou ir para as cidades para e se submeter ao labor nas indústrias.⁴⁴

Assim, asseverou Stédile:

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive.⁴⁵

Os governos militares buscaram restringir o avanço do movimento camponês por meio da repressão a luta pela terra e a não realização da reforma agrária. No entanto, a luta pela sobrevivência foi o símbolo da resistência camponesa. Desta forma, no dia 07 de setembro de 1979, 110 famílias ocuparam a fazenda Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. No início da década de 80, as ocupações de terra nos estados do Sul, São Paulo e Mato Grosso do Sul reuniram os trabalhadores que iniciaram o processo de formação do MST.

O MST, aprendendo com a história da formação camponesa, construiu seu espaço político, garantindo sua autonomia enquanto movimento de luta pela reforma agrária, hoje denominada popular. A construção do MST se deu com o apoio de outras instituições, em especial a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT.⁴⁶

Entre os anos de 1979 e 1984 ocorreu o processo de gestação do MST, período marcado pelas primeiras experiências de ocupações de terra, encontros e reuniões, que resultaram na fundação da organização no Primeiro Encontro Nacional realizado nos dias 21 a 24 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, Paraná. No Primeiro Congresso, ocorrido em

44 STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A história do MST e a luta pela terra no Brasil**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 3ª reimpressão, 2005, p. 17.

45 Id.

46 A Comissão Pastoral da Terra - CPT foi criada pela Igreja Católica, em 1975, à luz dos ensinamentos da Teologia da Libertação. A CPT foi a articuladora dos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar na luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 44).

Curitiba de 29 a 31 de janeiro de 1985, o MST deu início a seu processo de territorialização pelo Brasil.

Stédile explana que desde a gênese do MST, todas as formas de luta desenvolvidas foram de massas. Destarte, destaca três características fundamentais do movimento: seu caráter popular, sindical corporativo e político. Por ser um movimento popular, o MST engloba todo o núcleo familiar, além de permitir que outras pessoas que não apenas os camponeses se somem à luta. O aspecto sindical corporativo diz respeito à luta dos agricultores, inicialmente pela terra, e, posteriormente, por condições de nela produzir. Por fim, o caráter político é a compreensão de que a luta pela terra e pela reforma agrária popular está intrinsecamente ligada à luta de classes.⁴⁷

Mas, a história da questão agrária no Brasil tem revelado que na atualidade o MST é a face moderna do Brasil, é a parte deste país que está em luta. É o Movimento que, por mais estranho e extemporâneo que muitos possam achar, pois se trata de um Movimento da cidade para o campo. É um movimento que contradiz o movimento geral da marcha do campo para a cidade, mas é também, um movimento que busca a construção de uma nova sociedade.⁴⁸

Antes de adentrar o processo de criminalização dos movimentos de luta pela terra, é importante explicitar o que é a ocupação realizada pelo MST, bem como por outros movimentos populares, e sua importância para a realização da reforma agrária popular. Segundo leciona Fernandes:

a luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terras desenvolvem lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes.⁴⁹

A ocupação, de acordo com Bernardo Mançano Fernandes, é um fenômeno socioespacial e político complexo de recriação e criação do campesinato, que se desenvolve no seio dos processos de espacialização e territorialização, quando são travadas as lutas de

47 STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A história do MST e a luta pela terra no Brasil**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 3ª reimpressão, 2005, p. 32-35.

48 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo, FFLCH/Labur Edições, 2007, p. 144.

49 FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 280.

resistência dos sem terras. É uma importante ferramenta de acesso à terra, utilizada pelos trabalhadores para intervir no sistema político e econômico de expropriação dos camponeses pelo capital.⁵⁰

Ademais, conforme bem pontua o autor, a ocupação de terra desafia o próprio Estado como representante da burguesia agrária e dos capitalistas, haja vista que se trata de um Estado silente, que só apresenta políticas públicas de proteção aos trabalhadores mediante pressão popular. A ocupação não visa apenas a desapropriação do latifúndio para o assentamento das famílias sem terras, objetiva, também, que tais trabalhadores tenham condições de produzir e se manter no campo. A permanência dos camponeses na terra depende de políticas agrícolas de incentivo à agricultura familiar e políticas públicas que garantam a observância dos direitos básicos de cidadania.⁵¹

Conforme demonstrado, as ocupações de terra atingem diretamente os interesses das classes dominantes, uma vez que na sociedade hodierna, terra é sinônimo de poder. As ocupações de terra demonstram a existência de um problema social urgente: a concentração fundiária nas mãos de poucos e a situação de miserabilidade de milhares de trabalhadores excluídos do campo.

Ao ser questionado por Bernardo Mançano Fernandes sobre o tratamento das ocupações de terra do MST pelo Judiciário, João Pedro Stédile conta duas vitórias importantes para o Movimento nos últimos anos:

Primeiro foi aprovado um projeto de lei de iniciativa dos deputados do núcleo agrário do PT, que obriga em qualquer processo de despejo seguir um ritual, com a presença do Ministério Público, com o juiz ouvindo as partes antes de tomar qualquer decisão. (...). Mas a segunda vitória foi mais importante, quando em torno do processo de prisão da companheira Diolinda e do Zé Rainha, o mesmo chegou até o Superior Tribunal de Justiça, e lá o tribunal produziu um acórdão, de autoria do relator ministro Cernichiaro, que afirma que as ocupações de terra feitas de forma massiva, com objetivo de pressionar pela reforma agrária, por um movimento social, não significam esbulho possessório, portanto não se constituem em crimes, e esses fatos não podem ser julgados à luz do Código Penal (como costumavam fazer os juízes) mas sob a luz da Constituição, que determina que o governo tem a obrigação de desapropriar todas as grandes propriedades improdutivas.⁵²

50 IBID, p. 281.

51 Id.

52 STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A história do MST e a luta pela terra no Brasil**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 3ª reimpressão, 2005, p. 116.

Embora haja esse entendimento teórico, o que se verifica na prática é muito distinto. A luta pela terra é criminalizada pelo Estado, que utiliza sua força repressiva para realizar a reintegração de posse e garantir a manutenção da propriedade privada. Como resultado da violência estatal, os sem terras foram vítimas de diversos massacres ao longo da história. Para fins didáticos, o presente estudo abordará a tragédia ocorrida no dia 17 de abril de 1996, no Estado do Pará, conhecida mundialmente como Massacre de Eldorado dos Carajás.

Segundo explica Thiago Lins e Silva, no ano de 1995, na região que ocorreu o massacre, após atos de pressão popular, houve grande expectativa de efetivação de assentamentos da reforma agrária. Em 15 de novembro de 1995, no ato público realizado no Município de Curionópolis, foi anunciada a aquisição de áreas das Fazendas Reunidas Rio Branco, correspondendo a 20.405 hectares de terra, para o Projeto de Assentamento Palmares. Nesta oportunidade, Francisco Graziano Neto, então Presidente do Incra, se comprometeu, no prazo de 30 dias, a formar uma comissão especial, composta por técnicos do INCRA, do ITERPA e do MST, para fazer uma vistoria preliminar da Fazenda Macaxeira, com área de 5.921 hectares, localizada no Eldorado dos Carajás.⁵³

Este segundo comunicado era de extrema importância, eis que na área já adquirida (porção das Fazendas Reunidas Rio Branco) somente seria possível o assentamento de 850 famílias de trabalhadores rurais, quando lá já estavam acampadas 1.200 famílias. Ou seja, 350 famílias deveriam sair da área adquirida e seriam, em um futuro próximo, segundo o comunicado ao público, assentadas na área da Fazenda Macacheira. Além da Fazenda Macacheira, a vistoria também seria realizada em outras 12 propriedades, localizadas em Eldorado dos Carajás e Curionópolis, perfazendo o que se chamou Complexo Macacheira, com 42.000 hectares.⁵⁴

De acordo com Silva, após o comunicado oficial, os fazendeiros da região passaram a tomar medidas para proteger o alegado direito de propriedade. Assim, Otília Pinheiro protocolou uma Ação de Interdito Proibitório perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Curionópolis no dia 10 de Novembro de 1995, a qual teve a liminar deferida no dia 12 de novembro de 1995.⁵⁵

53 SILVA, Thiago Lins e. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Eldorado dos Carajás: Análise de um Processo**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado - Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, p. 47

54 IBID, p. 48.

55 IBID, p. 49-50.

Decorreu-se o prazo entabulado no acordo com o Presidente do Incra, sem nenhum retorno aos acampados. Ademais, o Governo do Estado, que tinha se comprometido a fornecer cestas básicas às famílias acampadas, rompeu o combinado sem justificativas. Expõe Silva:

Como forma de protesto, decidiram os trabalhadores bloquear no dia 29 de dezembro de 1995, por um período de 6 horas, o trânsito da estrada estadual PA 275. Em 05 de março de 1996 foi ocupada de forma pacífica, por mil e duzentas famílias, segundo consta dos autos, a Fazenda Fronteira (integrante do Complexo Macacheira), montando-se novo acampamento. O Governo do Estado se pronunciou, então, em busca de um acordo com os acampados, no sentido de fornecer cestas básicas e remédios, providenciar outra área para acamparem provisoriamente e interceder junto ao INCRA para agilizar a vistoria do Complexo Macacheira. Em contrapartida, requereu o comprometimento de que, além da saída da fazenda ocupada, não houvesse qualquer outra invasão no Complexo.⁵⁶

Em razão das ocupações, os fazendeiros da região ingressaram com ações judiciais para proteger a propriedade. Apesar de o Judiciário ser favorável às ações e deferir os pedidos liminares, os latifundiários se reuniram com o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Assembléia Legislativa e o Governador do Estado Pará, buscando providências contra as ocupações de terra.⁵⁷

Relata Silva que durante a Marcha Nacional da Reforma Agrária, em busca de negociações com os governos e órgãos públicos, parte dos integrantes do MST acampados na Fazenda Fronteira saíram em marcha até Curionópolis, de onde seguiriam até Marabá. Ficou acordado que a prefeitura de Curionópolis cederia um ônibus para que as crianças e mulheres sem terras seguissem até Marabá e que, de lá, levaria um grupo menor de militantes até Belém. Consta o seguinte:

Ocorre que em Curionópolis os manifestantes não foram recebidos pelo Prefeito, tampouco qualquer ônibus foi cedido, o que causou junto aos acampados na Fazenda Fronteira, quando lá chegou a notícia, grande revolta, gerando a obstrução da pista e subtração de carga de alimentos de um caminhão. Decidiram então aqueles que participavam da marcha – mais de mil pessoas – seguir em direção a Eldorado dos Carajás, por onde passaram no dia 15 de abril de 1996, a caminho de Marabá. Neste mesmo dia chegaram ao local conhecido como curva do S, localizado na altura do Km 96 da rodovia estadual PA 150, distante 4 Km de Eldorado dos Carajás. (...). Acampados às margens da rodovia estadual PA 150, mais precisamente na altura da

⁵⁶ IBID, p.51.

⁵⁷ Relatório da Comissão Externa Constituída pelo Presidente da Câmara dos Deputados para acompanhar, no período de 18 a 22 de Abril de 1996, os fatos ocorridos na região de Curionópolis (PA), p. 3, constante do vol. 02 do processo criminal 1996.212.643, da 1ª Vara Criminal da Capital do Estado do Pará.

chamada curva do S, os integrantes do MST resolveram, no dia 16 de abril de 1996, bloquear a passagem de veículos na estrada, como forma de protestar e conseguir junto às autoridades do poder executivo alimentos e transporte, sendo, como dito acima, parte deste transporte até Belém, onde uma comissão dos trabalhadores sem terra pretendia ter uma audiência com o Governador do Estado, a fim de pressionar pela efetivação da desapropriação do Complexo Macacheira.⁵⁸

Conforme explica Karla Emanuele Rodrigues Oliveira, em razão da interdição da rodovia, o Major José Maria Pereira Oliveira, comandante da 10ª Companhia Independente da Polícia Militar (CIPM) – 1ª Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (CIPOMA), de Parauapebas, compareceu ao local para negociação com os agricultores.⁵⁹

Ficou decidido que a rodovia seria desobstruída e, em contrapartida, o Major levaria ao Governo do Estado as reivindicações dos militantes, que era a disponibilização de: i) 50 ônibus ou caminhões para transportá-los até Marabá, sendo que 5 destes veículos seguiriam para Belém levando uma representação do MST; e, ii) 10 toneladas de alimentos. Como prazo para retorno, foi delimitado até às 12 horas do dia seguinte.⁶⁰

Por volta das 11:40h, explana Oliveira, que Jorge, 1º Tenente da Polícia Militar, sob ordem do Major José Maria Pereira Oliveira, se dirigiu ao acampamento do MST, localizado na “Curva do S”, relatando a Ferraz, líder do MST, que não seria possível atender às reivindicações feitas no dia anterior. Ante a negativa, os agricultores se reuniram em Assembleia e deliberaram que voltariam bloquear a rodovia estadual PA-150. Assim, pelo lado de Marabá, obstaculizaram a rodovia com um caminhão boiadeiro, o qual foi atravessado na pista, e, pelo lado de Eldorado, utilizaram paus e pedras para fazer a interdição.⁶¹

Assim explica Thiago Lins e Silva:

Fato é que, com a manutenção da obstrução da estrada, o Coronel Mario Colares Pantoja, comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar, localizado em Marabá, deu seguimento à operação militar, anteriormente programada para a véspera, tendo contactado o Major Oliveira, da 10ª CIPM-CIPOMA, de Parauapebas, no sentido de que este se deslocasse com sua tropa pelo outro lado da estrada, dando apoio à operação, de forma que os dois lados da estrada estariam cercados pela Polícia

58 SILVA, Thiago Lins e. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Eldorado dos Carajás: Análise de um Processo**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado - Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, p. 54-55.

59 OLIVEIRA, Karla Emanuele Rodrigues. **MST – Massacre em Eldorado dos Carajás: Uma leitura de como a história foi recontada**. Orientador: Dr. Riccardo Cappi. Salvador; Universidade do Estado da Bahia, 2017. Monografia (Graduação em Direito), p. 46.

60 Id.

61 Ibid, p. 46/47

Militar, ficando os integrantes do MST entre os dois destacamentos, no meio da estrada.⁶²

A operação liderada pelo Coronel Mário Colares Pantoja culminou num dos episódios mais violentos da história do MST. Segundo Silva, os policiais militares, munidos de revólveres, fuzis e metralhadoras, atiraram contra os lavradores, que reagiram, avançando contra a tropa com foice, terçado, pedras e paus. Neste contexto, foram assassinados 19 sem terras, de forma cruel e covarde. Ademais, outros 69 lavradores ficaram feridos, alguns em extrema gravidade, e restaram também feridos 12 policiais militares.⁶³

A crueldade da repressão estatal, conforme relata Isabela Junqueira Vargas, foi registrada pelo o cinegrafista do SBT, Osvaldo Araújo, e pela repórter da TV Liberal, Marisa Romão, que faziam a cobertura do confronto.⁶⁴ A força das imagens causou grande repercussão do massacre, nacional e internacionalmente. O episódio sangüinário marcou não só a vida das famílias que perderam seus entes queridos, mas toda a história da luta pela terra. Assim, a Via Campesina Internacional⁶⁵ declarou o 17 de abril como Dia Internacional de Luta Camponesa.

62 IBID, p. 57.

63 IBID, p. 69.

64 VARGAS, Isabela Junqueira. **Ocupando Manchetes:** Como o MST Agenda a Mídia Estudo Sobre as Estratégias de Agendamento do Movimento dos Sem Terra no Abril Vermelho. Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília. Brasília, p. 42.

65 Segundo explica Bernardo Mançano Fernandes, na Enciclopédia Latina, a Via Campesina é uma organização mundial dos movimentos camponeses, criada em 1992, durante o II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG), que ocorreu na Nicarágua. Dentre os temas políticos defendidos pela Via Campesina, Fernandes cita a soberania alimentar e comércio; a reforma agrária; a paridade de gênero; os direitos humanos; a agricultura camponesa sustentável; a biodiversidade e recursos genéticos; as migrações e os trabalhadores rurais. Disponível em: <<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/v/via-campesina>> Acesso em maio de 2019.

2 CONTEXTO DA REGIÃO E DO CASO CUTRALE

“Ocupar, resistir, produzir”. O grito de ordem do MST descreve o ânimo dos trabalhadores e trabalhadoras que lutam pela terra no Estado de São Paulo. Os militantes do MST buscam, por meio de suas lutas, denunciar as grilagens de terras públicas existentes na região. Enquanto empresas multinacionais se apropriam de terras públicas em benefício próprio, milhares de pessoas vivem na miséria.

Neste capítulo, se fará, na primeira parte, um estudo da formação do MST no Estado de São Paulo, visando mostrar o contexto político do Estado, bem como as condições que levaram ao surgimento do movimento. Na sequência, se trabalhará especificamente o Sudoeste Paulista e como foi criado o MST na região que é o cenário do processo ora analisado. Na terceira parte, será examinado o Núcleo Colonial Monção, sua criação, o abandono do Programa por parte do Governo e as consequentes grilagens das terras públicas. Por fim, na quarta e última parte, será analisado a Sucocítrico Cutrale Ltda., sua gênese e consolidação como multinacional, a compra da Fazenda Santo Henrique e suas implicações.

As principais bases teóricas deste capítulo são os geógrafos e professores, Bernardo Mançano Fernandes⁶⁶ e Ricardo Manffrenatti Venturelli⁶⁷. Ambos os professores têm contribuído imensamente com os movimentos de luta pela terra, estudando a questão agrária, o desenvolvimento territorial, os conflitos, o campesinato, dentre outros tantos temas essenciais à compreensão do campo brasileiro.

As principais obras referenciadas são a Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São

66Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma agrária (Nera) e da REDE DATALUTA. Membro do Conselho Pedagógico Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Prонера) no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Autor de ?A formação do MST no Brasil? e em coautoria com João Pedro Stedile do livro ?Brava Gente?. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe, pesquisando os seguintes temas: teorias dos territórios, paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, reforma agrária, desenvolvimento territorial, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Via Campesina. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/5125611/bernardo-mancano-fernandes>> Acesso em maio de 2019.

67Em suas pesquisas para elaboração da dissertação, elucidou os conflitos fundiários em Iaras-SP, através da perspectiva de análise do uso de terras públicas pelo Estado aliados a atuação de grandes empreendimentos agropecuários e a luta pela terra por movimentos socioterritoriais, sob o título Terra e poder: as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas; Possui Graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com habilitação Licenciatura/Bacharelado em 2009. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, trabalhou a construção contraditória das frações territoriais em Cerqueira César-SP, expressas pelo Agronegócio e pela Agricultura Camponesa, com o título Territorial do agronegócio e da agricultura camponesa em Cerqueira César-SP, sob orientação da Profª Dra. Eliane Tomiasi Paulino. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/6388864/ricardo-manffrenatti-venturelli>> Acesso em maio de 2019.

Paulo, de Fernandes, e Terra e poder: as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas, de Venturelli. Frisa-se que ambos os estudos são de suma importância para compreender o contexto e os conflitos fundiários da região.

2.1 A formação do MST no Estado de São Paulo

*“Mas, apesar de tudo isso
O latifúndio é feito um inço
Que precisa acabar
Romper as cercas da ignorância
Que produz a intolerância
Terra é de quem plantar”
Canção da Terra, Pedro Munhoz*

Bernardo Mançano Fernandes aponta que o processo de formação do MST no Estado de São Paulo é marcado pela luta de resistência dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. Essas lutas têm início no final da década de 1920, quando os migrantes nordestinos e mineiros, bem como os imigrantes italianos, motivados pelo processo de expropriação de suas terras, chegam na região de Andradina e ali fixam moradia, visando a adquirir a posse das glebas.⁶⁸ Explica Fernandes:

Em um breve histórico sobre a formação da fazenda Primavera (...), pode-se perceber a técnica de grilagem das terras devolutas predominante nesta época no Oeste do estado de São Paulo. O grileiro se apresentava como dono das terras, dizendo que tinha um "documento" e cobrava dos posseiros a renda da terra. (...) Os posseiros só podiam vender os seus produtos ao "proprietário" que roubava no momento da pesagem e fazia os pagamentos com cheques pré-datados de outra praça. (...). Estas estratégias produzem o endividamento dos posseiros, expropriando-os ou tornando-os completamente dependentes do fazendeiro. É exatamente com o agravamento dessa situação, que em vários estados brasileiros, inclusive São Paulo, se desenvolveu o trabalho escravo ou peonagem.⁶⁹

Conforme relata Fernandes os fazendeiros adotaram a pecuária, trazendo gado do Mato Grosso para engordar na fazenda Primavera. Assim, à medida que o gado ia tomando conta da terra, os lavradores eram forçados a fazerem acordos e deixarem a fazenda. A contratação de jagunços para controlar a entrada e saída dos posseiros, bem como atos de

68 FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. São Paulo, 1994, p. 77-80.

69 IBID, p. 80-81

violência. Soltar o gado nas lavouras, botar fogo nas casas, ameaças de morte e mesmo o assassinato de um trabalhador foram táticas usadas para expulsar os posseiros do campo.⁷⁰

Foi neste cenário que os posseiros começaram a se organizar. De início, contaram com o apoio da Igreja e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP). Veja-se:

[...] em setembro de 1979, cansados de tentar em vão um acordo com os administradores da fazenda Primavera, 120 agricultores foram ao Fórum da Comarca de Andradina, solicitar intervenção judicial para impedir que 5 mil cabeças de gado continuassem destruindo suas lavouras. A partir desta época, realizam-se constantes reuniões entre trabalhadores, a Comissão de Justiça e Paz local, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Presidente da FETAESP, com o objetivo de buscar uma solução para o problema.⁷¹

Ainda em 1979, os integrantes da Comissão de Justiça e Paz de Andradina organizaram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) local, possibilitando a criação de um espaço de reflexão sobre a luta e resistência dos posseiros da fazenda Primavera. Durante dez meses foram realizadas reuniões para discutir o problema, de modo que ficou decidido, via CPT, pela contratação do advogado Luís Eduardo Greenhalgh para atuar na causa. Em contrapartida, os posseiros pagariam uma contribuição mensal para custear os trabalhos. Com algumas vitórias em favor dos posseiros, houve uma expansão do movimento dos trabalhadores.⁷²

à medida que aumentavam as pressões da fazenda, os lavradores progrediam em organização e união. O grupo que no início era constituído por sete lavradores, foi aumentado para 10, 20, 40, 60 e, a partir de maio de 1979 a luta se torna uma só: a de todos os lavradores da Primavera.⁷³

Os trabalhadores passaram a se organizar em vários grupos de base, que se reuniam à noite, nas escolas, para discutir temas pertinentes à realidade experienciada. Assim, tinham

70 Id.

71 FERNANDES, M. E. **A Reforma Agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, p. 54/55.

72 FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. São Paulo, 1994, p. 82.

73 FERNANDES, M. E. **A Reforma Agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, p. 141-142.

uma Comissão Representativa, formada por quatro representantes dos grupos de base e se reuniam quinzenalmente com os assessores da CPT, e uma Comissão Executiva, que contava com um representante de cada bairro rural da fazenda e faziam reuniões semanais com os assessores da CPT. O repasse desses encontros era feito em assembleias, dando margem a debates construtivos.

De acordo com Fernandes, esta organização possibilitava

[...] maior rapidez quanto à tomada de decisões e encaminhamento dos problemas; a formação de grupos de base pelos representantes resultaria num trabalho mais eficiente, exigindo maior organização entre eles. A Comissão Executiva se reunia com a igreja a cada semana e, com a Representativa, a cada quinze dias. Finalmente, com os trabalhadores em geral, era realizada assembleia uma vez por mês.⁷⁴

O avanço da organização dos lavradores inflamou a ira das classes dominantes, que passaram a utilizar-se de atitudes de extrema violência, como, por exemplo, um episódio narrado por Fernandes, no qual a missa da Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças é invadida pela polícia no momento em que um agente pastoral denunciava a violência de jagunços e policiais contra os posseiros.⁷⁵

A vitória dos posseiros da Primavera, segundo Fernandes ocorreu no dia 08 de junho de 1980, quando o Decreto de Desapropriação nº 84.877 foi assinado, desapropriando 9.385 hectares de terra. Os primeiros títulos de terra são entregues às 264 famílias de posseiros, em dezembro de 1981:

A partir dessa desapropriação surge um grupo de 13 famílias de trabalhadores bóias-frias, que passaram a se denominar de trabalhadores sem terra. Esse grupo de famílias contavam com o apoio da CPT e reivindicavam, junto ao INCRA, uma área de 1.200 hectares que havia "sobrado" durante a elaboração do projeto de assentamento. No início de 1982, eles foram incluídos no assentamento. Das experiências dessas lutas começa, na região de Andradina, o processo de formação do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo.⁷⁶

74 IBID, p. 141/143.

75 IBID, p. 144.

76 FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra:** a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. São Paulo, 1994, p. 84.

Quando da elaboração do projeto, o INCRA destinou 370 hectares de terra à Associação dos Moradores da Fazenda Primavera, no entanto, por ser uma área considerada muito grande pela diretoria da Associação, a gleba ficou abandonada. Em abril de 1984, aproximadamente 50 famílias sem terra ocuparam a área, foram despejadas e fundaram acampamento nas margens da rodovia SP 563. Em decorrência dessa ocupação, o INCRA assentou mais 37 famílias.⁷⁷

Os integrantes do Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo começaram a participar dos encontros da CPT e da articulação do MST em outros estados, como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A conquista da fazenda Primavera ficou registrada como a gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. Assim:

Nas experiências de mobilização, os trabalhadores contaram com o apoio de, pelo menos, três instituições (a Igreja, através das CEBs e CPT; os partidos políticos, PMDB e PT; os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a FETAESP e a CUT), o que determinou as diferentes características da forma de organização da luta em seu processo de formação.⁷⁸

A vitória obtida na fazenda Primavera abriu caminho para novas lutas na região Alta Noroeste. Passou-se a discutir a sobre a Reforma Agrária, o que resultou na espacialização do MST pela região Noroeste e outras regiões do estado. Desta forma, explica Fernandes, que: “em fevereiro de 1983, o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo e a CPT realizaram em Andradina, no salão da Paróquia Nossa Senhora das Graças, um encontro que reuniu mais de 1200 trabalhadores rurais de 34 municípios”.⁷⁹

No mês de março de 1983, o Movimento, a CPT e a FETAESP encaminharam um abaixo-assinado com quatro mil assinaturas para o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e para o presidente do INCRA, contudo, obtiveram mais nenhuma conquista frente ao governo no regime militar. Diante disso, a CPT articulou a aproximação dos movimentos sociais em processo de formação e os recém-formados, como por exemplo o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, trabalhadores sem terra do Pontal do Paranapanema e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré. Confira-se:

⁷⁷ IBID, p. 85.

⁷⁸ IBID, p. 85-86.

⁷⁹ IBID, p. 87.

Algumas das lideranças desses movimentos participaram das reuniões da Coordenação Regional do Sul. Inclusive uma das reuniões da Coordenação foi realizada em Araçatuba. Essa articulação promovida com o apoio da CPT contribuiu na fundação do MST em nível nacional e para formação do MST no estado. Assim, sob a coordenação da CPT, foi realizado no dia 1º de maio, no salão paroquial da igreja Nossa Senhora das Graças, em Andradina, o primeiro encontro com o objetivo de se organizar um movimento em nível estadual.⁸⁰

Neste processo de construção do MST no Estado de São Paulo, houve, segundo Fernandes, um distanciamento do Movimento e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, bem como da FETAESP. Isso porque tais organizações permaneciam omissas em relação à luta pela reforma agrária. Os sem terras só puderam contar, efetivamente, com o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais a partir do momento que disputaram e venceram as eleições dos Sindicatos.⁸¹

Após as vitórias políticas do PMDB nas eleições estaduais em 1982, os trabalhadores sem terra passaram a cobrar os compromissos de campanha referentes à reforma agrária. Conforme Barbosa e Leite:

[...] neste cenário, é oportuno lembrar que a ausência de programas deste porte em governos imediatamente anteriores colocava-se como desafio para a equipe que galgava o poder no seio do Estado. Este desafio visualizava-se quer como um modo alternativo de tratar a questão agrária àquele dado pela geopolítica ditatorial; quer como prática de construção de um instrumento de intervenção ao nível técnico, econômico, social e político.⁸²

De acordo com Fernandes, criou-se um grande impasse político, uma vez que a competência para desapropriação de imóveis particulares para fins de reforma agrária é exclusiva do governo federal, e as negociações com o estado não saíam do caráter burocrático. Por conseguinte, os trabalhadores sem terra decidiram ocupar terras públicas como forma de luta, o que obrigou o Estado a tomar as devidas providências.⁸³

80 Id.

81 IBID, p. 88.

82 BARBOSA, M. V. e LEITE, S. - **Reforma Agrária em Terras Públicas**. Revista Reforma Agrária. (Campinas), v. 21, 1991.

83 FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. São Paulo, 1994, p. 89

A partir de então, o MST no estado de São Paulo passou a ocupar terras como forma de pressionar o governo para a realização da Reforma Agrária, sofrendo represálias dos fazendeiros e da polícia, mas resistindo na ocupação dos latifúndios improdutivos.

2.2 Processo de ocupação do Sudoeste Paulista

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros.

Che Guevara

Para compreender a luta do MST contra o agronegócio e o consequente episódio de criminalização que mais a frente será analisado, é necessário entender o avanço do capital e a apropriação das terras do Sudoeste Paulista. Ricardo Manffrenatti Venturelli explica que o avanço do agronegócio no sertão paulista se deve à expansão da cafeicultura nas terras roxas e férteis:

O avanço da cafeicultura por áreas “incultas” no sertão paulista não se dá apenas pela intenção de maior produtividade. (...). Não raro foram os saques de terras indígenas, as posses laborais e especulativas, grilagens e violência na expansão da fronteira. Mesmo após a Lei de Terras de 1850, o avanço sobre terras devolutas não foram escassos. Neste momento são realizados levantamentos oficiais nas áreas ainda não absorvidas pela agricultura empresarial do café, e mesmo assim, já eram notados casos de grilagens.⁸⁴

O sertão paulista era habitado pelos indígenas e pelos bandeirantes, que deram origem à figura do caipira. A disputa pelo território foi truculenta. Segundo Felisário, em meados do século XIX o vale do Rio Pardo é ocupado pelo Capitão Tito, culminando num dos primeiros episódios de violência que dizimou diversas aldeias Kaiowas e expulsou os posseiros que viviam às margens desse rio.⁸⁵

De acordo com Venturelli, primeiramente era feito um levantamento topográfico da área a ser tomada, para depois avançar a fronteira agrícola. A formação das fazendas cafeeiras era realizada pelos caipiras que moravam na região. Estes trabalhavam na fazenda abrindo as

84 VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e poder:** as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 79.

85 FELISÁRIO, Adauto. **Três Ranchos.** São Paulo: Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima. 198-, p. 29.

áreas de plantio e formando os cafezais. Quando os pés de cafés estavam produzindo, eles eram obrigados a deixar a fazenda e seguir para a abertura de outras terras.⁸⁶

A expansão da indústria cafeeira no Estado de São Paulo, com o consequente aumento das exportações, causou a valorização das terras, mesmo aquelas arenosas que não serviam à agricultura. Assim, foram criadas condições para o escoamento da produção cafeeira por meio da construção de ferrovias.⁸⁷

A respeito da valorização das terras ocasionada pela cultura do café, José de Souza Martins chama atenção para outro aspecto:

[...] a formação das fazendas tornou-se num novo e grande negócio [...] além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café. [...] as despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamento da topógrafos e jagunços, constituía o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro [...] por isso, a transformação da terra em propriedade privada, que pudesse ser comprada pelo fazendeiro, antes de se converter em renda territorial capitalizada, era objeto de outro empreendimento econômico - o do grileiro, às vezes verdadeiras empresas. No processo de transformação do capital em renda capitalizada, o grileiro substituiu o antigo traficante de escravos.⁸⁸

A economia cafeeira, segundo Martins, entrou em colapso quando o preço do café sofreu grandes reduções no mercado internacional. Embora ocorresse o aumento da produção cafeeira, como resultado da implementação do plantio em meados do século XX, o mercado internacional do café não cresceu. Sem ter como escoar a produção, muitos produtores de café foram à ruína. O governo, visando proteger os interesses dos cafeicultores, tomou medidas para que o café fosse colhido, estocado e destruído, além de adotar um sistema de expansão interna do crédito. Como resultado, houve uma elevação dos preços dos produtos importados, o que incrementou a renda e o emprego nos setores industriais e agrícolas dedicados ao mercado interno.⁸⁹

Para os que não se integraram ao mercado industrial, restava procurar outros modos de geração de renda:

86 VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e poder:** as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 82.

87 IBID, p. 85.

88 MARTINS, José de Souza. O cativo da terra., 1979, p. 68-69

89 IBID, p. 249

Para reter a mão-de-obra, o grande proprietário precisa adotar novas formas de exploração; a meação, outrora abandonada, recomeça e se orienta para uma produção nova, o algodão, que toma o lugar dos cafezais esgotados. A safra algodoeira foi em 1934 nitidamente beneficiária, e os pedidos de terras para algodão, cedidas em meação por três anos, se multiplicaram; em 1932 é o município de Agudos que vem na frente quanto às superfícies plantadas de algodão [...], seguem-se-lhe de perto os municípios vizinhos de Santa Bárbara do Rio Pardo e Cerqueira César.⁹⁰

Assim, leciona Venturelli, consolidou-se a produção algodoeira como principal produção agrícola da região por um longo período de tempo, chegando ao termo apenas em 1970, com o surgimento de pragas nas plantações.⁹¹

2.3 Núcleo Colonial Monção

*“Eu não consigo entender
Que nesta imensa nação
Ainda é matar ou morrer
Por um pedaço de chão”*

Pedro Munhoz, Procissão dos Retirantes.

O Núcleo Colonial Monção, nas palavras de Monica Hashimoto Iha, “revela além de um grande latifúndio, crimes cometidos pelo próprio Estado contra o patrimônio público: o abandono e o descaso na fiscalização do uso das terras públicas no meio rural, deixando-as suscetíveis a grilagem”. A criação do Núcleo é definida como a tentativa do Estado de controlar o uso da terra nessa região, que, atualmente, abrange os municípios de Iaras, Borebi, Agudos, Águas de Santa Bárbara e Lençóis Paulista.⁹²

No início do século XX, o Governo Federal criou o Núcleo Colonial Monção, um programa de colonização que visava a concessões de terras para imigrantes estrangeiros e colonos brasileiros. A formação desse programa se consolidou com a aquisição de imóveis

90 DEFFONTAINES, Pierre. **Regiões e Paisagens do estado de São Paulo**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, n.25, ano III, 1945, p. 23

91 VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e poder: as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 89.

92 IHA, Monica Hashimoto. **A Territorialidade da “Posse” na Luta pela Reforma Agrária Os Acampamentos do MST em Iaras – SP**. Campinas, 2005. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Geografia, da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p, 69.

provenientes de adjudicação por dívida em ação movida pela União contra a Cia. Colonial São Paulo - Paraná e compras de glebas no ano de 1910, totalizando em uma área de 50.000 hectares.⁹³

As Fazendas Santa Luzia, Capão Rico I, II, III, IV, V e VI; Capivara e Sítio Sarandy (Figura 9), localizadas no então município de Santa Bárbara do Rio Pardo, atualmente municípios de Iaras e Águas de Santa Bárbara foram adquiridas através de compra pela União no ano de 1.910. As Fazendas Turvinho, Salto, Geada, Forquilha (Figura 10), localizadas nos municípios de Borebi e Agudos foram adjudicadas por dívida em processo movido pela União contra a Cia. Colonial São Paulo Paraná, tendo a imissão na posse ocorrida em 1.909.⁹⁴

Como elucidada Iha, as terras do programa de colonização eram localizadas em uma região isolada do eixo econômico e, que até o século XX, pertencia aos indígenas Kaiowas. Ressalta a autora que a região era pouco favorável à agricultura, vez que o solo era predominantemente latossolo vermelho amarelo fase arenosa.⁹⁵

Conforme descreve Dean:

Quase todas as colônias de imigrantes do fim do século XIX e do começo do século XX - pequenos povoados heróicos e pobres, abandonados a sua sorte estavam situados nos climas mais problemáticos da floresta, no extremo mais distante dos transportes, sendo a sua função a de avançar o domínio neo-europeu para regiões onde nenhum fazendeiro brasileiro sensato se arriscaria.⁹⁶

O projeto de colonização, de acordo com Iha foi implantado somente na fazenda Santa Luzia, área atualmente ocupada pelo centro urbano do município de Iaras. Assim, os títulos de posse foram transferidos da União para os novos proprietários, em cartório. Posteriormente, foram concedidos em definitivo alguns títulos aos colonos que ingressaram com usucapião. Devido a não concretização do programa, a União manteve uma grande quantidade de terra

93 VENTURELLI, Ricardo Manfrenatti. **Terra e poder:** as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 23-89.

94 IBID, p. 90.

95 IHA, Monica Hashimoto. **A Territorialidade da “Posse” na Luta pela Reforma Agrária Os Acampamentos do MST em Iaras – SP.** Campinas, 2005. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Geografia, da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p, 70.

96 DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 231.

em seu domínio, sem, contudo, realizar um controle efetivo, de modo que tais áreas passaram a ser alvos de ações de posseiros e grilagens. Com o decorrer dos anos, as terras griladas foram sendo transferidas a outros proprietários.⁹⁷

Vários são os empecilhos que acarretam no insucesso da efetivação desse programa de colonização. Foram tantos os problemas, entre eles o fornecimento da escritura aos colonos, o que acabou ocasionando que as terras permaneceram sob propriedade do Estado, bem como o de realizar um efetivo projeto de ocupação dessas por parte dos colonos. Sendo a própria organização dos lotes do núcleo colonial (Figura 10) dispersos entre si. Nota-se que as áreas loteadas correspondem à Fazenda Santa Luzia, que na década de 1920 dará origem ao Distrito de Monção, pertencente ao município de Santa Bárbara do Rio Pardo (atual Águas de Santa Bárbara), então Comarca de Avaré.⁹⁸

No mais, a falta de incentivo à vinda de imigrantes, a localização das terras de difícil acesso, na qual as principais vias de acesso eram as ferrovias, e a baixa fertilidade do solo, corroboraram para a não concretização do programa de colonização. Mesmo assim, os lotes próximos aos rios foram ocupados por colonos oriundos da França, Suíça, Alemanha, Áustria, Polônia, Rússia, Itália, Espanha, Líbano e Japão, que se instalaram e desenvolveram suas atividades.

A presença de famílias oriundas de diversas localidades trazia uma efervescência cultural ao local. O contato dos antigos moradores, colonos das grandes fazendas, com os imigrantes ocasionava trocas de experiências. Os antigos moradores ensinavam sobre a região, os rios, matas e bichos. Os imigrantes ensinavam sobre o mundo. E assim, vivam em certa consonância.⁹⁹

Ao analisar a planta do Distrito de Monção em 1940, Venturelli chama atenção para o fato de haverem áreas que não foram inseridas no projeto de loteamento, o que abriu grande margem aos grileiros e posseiros de se apropriarem dessas terras. As fazendas Geada, Forquilha e Santo Domingo, cuja propriedade pertence à União, sequer constam no projeto do

97 IHA, Monica Hashimoto. **A Territorialidade da “Posse” na Luta pela Reforma Agrária Os Acampamentos do MST em Iaras – SP**. Campinas, 2005. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Geografia, da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, p, 71.

98 VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e poder: as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 91.

99 IBID 2013, p. 100.

Núcleo Colonial Monção. Ademais, essas áreas são palco dos principais litígios de terra da região.¹⁰⁰

Em 1995, o MST realiza a primeira ocupação de terra na região, fixando acampamento o Zumbi dos Palmares e dando visibilidade para a grilagem de terras existente na região. Tal fato ensejou a apuração da Cadeia Sucessória Dominial das terras pela equipe técnico-jurídica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. A análise realizada pelo INCRA buscava definir se a ordem sucessória dos títulos dos imóveis ao longo dos anos correspondia ao imóvel atual. Os resultados obtidos confirmaram a grilagem das fazendas pelos latifundiários.¹⁰¹

Venturelli faz um balanço dos casos de grilagem das terras do Núcleo de Colonização Monção. O primeiro deles citado pelo autor é a Fazenda Domingos, atualmente situada em Agudos. A Fazenda São Domingos, até meados do século XX, era considerada muito importante, pois dentro de seus limites se localizava a Comarca Imperial de São Domingos de Tupá, um vilarejo anterior à edificação de Agudos e Santa Cruz do Rio Pardo. Com a criação do programa de colonização, se objetivava transformar São Domingos de Tupá em um grande centro urbano. Entretanto, com a decadência do café e do algodão no mercado internacional e fim do programa de colonização, o distrito perdeu sua importância, ficando esquecido no mapa.¹⁰²

A origem dos títulos da Fazenda São Domingo, área em estudo pelo INCRA e provavelmente adquiridas pela União no mesmo processo de aquisição das terras do Núcleo Colonial Monção, remonta a título paroquial de 1.850 e, posteriormente, a títulos da partilha judicial de 1.911. Dentre as terras da antiga Fazenda São Domingos, está a Fazenda Agrocentro, desapropriada e que hoje a sua antiga sede é a Escola de Formação Rosa Luxemburgo.¹⁰³

De acordo com os dados fornecidos pelo INCRA, as terras da Fazenda Agrocentro não eram registradas em nome de particulares. Venturelli, ao analisar a extensão da fazenda, conclui que a apropriação da gleba se deve a interesses especulativos. Como resposta do

100 IBID, p. 97.

101 IBID, p. 105, 107.

102 IBID, p. 107, 109.

103 IBID, p. 109.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra à grilagem das terras públicas, foi consolidado a redor da Agrocentro o acampamento Rosa Luxemburgo.¹⁰⁴

Conforme levantamentos do INCRA, desde 1910, época em que a União comprou a Fazenda Capivara, não ocorreu nenhum destaque desse título para particular. De igual forma, a Fazenda São Domingos sempre pertenceu à Comarca de Agudos, enquanto a Fazenda Capivara à Comarca de Avaré e, atualmente, à Comarca de Cerqueira César. Assim, pelos dados coletados, é possível concluir que os títulos originários da Fazenda São Domingos não são válidos para os imóveis rurais que hoje se situam na Fazenda Capivara.

O segundo caso apresentado por Venturelli é o das terras da Fazenda Ambrosina/Santa Branca, que se localizava em Agudos:

O Memorial Descritivo contido na T. 12.966, datada de 1973, apresentou as localizações das duas fazendas que a compõem:

- Fazenda Ambrosina: localizada em Agudos quase lindeira com a Fazenda Capivara, pertencente ao Núcleo Colonial Monção.
- Fazenda Santa Branca: localizada parte em Agudos e parte em Iaras, respectivamente na antiga Fazenda São Domingos e na Fazenda Capivara.

O INCRA optou por retroceder na origem da Fazenda Ambrosina a partir da T. 12.966/73.¹⁰⁵

Buscando a origem da Fazenda Ambrosina, o INCRA preferiu checar a partir da T. 12.966/73, em que aparece a T. 5.672/05, referente à Fazenda Paraíso, situada entre os municípios de Agudos e Lençóis Paulista, comprado pelo Cel. A. J. Leite e vendida para a União em 1909, passando compor a parte norte do Núcleo Colonial Monção.

Assim, como parte desse processo levantado, teve-se que localizando a T. 5.672, de 1905 e suas sucessoras T. 265 e T. 1.781, respectivamente datadas em 1930 e 1935, citadas no mapa da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo de 1943 e documentos da época, ficou concluído que a localização inicial dada pela T. 5.672 de 1.905, então Fazenda Paraíso, está a aproximadamente 16 km em posição Norte da localização dada pelo memorial descritivo contido na T. 12.966 de 1973, bem como a sucessão dos confrontantes contidos nas Transcrições subsequentes 1.781/35 e 265/30 é elemento fundamental que não deixa dúvida da localização original ser diferente da T. 12.966/73.¹⁰⁶

104 IBID, p. 110.

105 IBID, p. 111, 112.

106 Id.

Conclui-se, pois, o seguinte: a Fazenda Ambrosina contida na T. 12.966/73 não corresponde ao imóvel original; a T. 12.966/73 está indevidamente gerando títulos cartoriais; e, devido à falta de origem da parte que corresponde a gleba Ambrosina e pela localização e expansão indevida da gleba Santa Branca a T. 12.966/73, deve haver um questionamento judicial.

Por fim, o terceiro caso trabalhado por Venturelli é o da Fazenda Santo Henrique, palco do episódio objeto da presente pesquisa. Segundo ele:

Trata-se das terras da Fazenda CAPIM/Santo Henrique, que tem como origem dois imóveis denominados Fazenda Turvinho, com origens e localizações distintas, porém lindeiros, sendo eles a saber:

- Fazenda Turvinho/UNIÃO foi adjudicada à União através de Sentença Judicial de 29 de julho de 1909
- Fazenda Turvinho/Rondinha pertencia à Família Pinheiro Machado.¹⁰⁷

Embora possa parecer tratar-se de dois imóveis distintos, observa-se, dos mapas fornecidos pelo INCRA, que a Fazenda Turvinho Rondinha está contida no Núcleo Colonial Monção. Atualmente as Fazendas Turvinho são denominadas de Capim ou Santo Henrique. Consta, do histórico realizado pelo INCRA, que no ano de 1941 os irmãos Pereira de Barros adquiriram a Fazenda Turvinho Rondinha e que, no ano de 1983, por meio de Ação de Usucapião da T. 3.732, conseguiram 1.458,27 ha de terra, localizados dentro do perímetro da Turvinho/UNIÃO (M. 5.652).¹⁰⁸ Assim:

É de supor que o Usucapião tivesse abrangido todo remanescente do então imóvel Fazenda Turvinho/Rondinha (T. 3.732) mas, em 1.984 é registrada a M. 4.118 como resultado de 5 aquisições e 2 alienações, inclusive a própria T. 3.732, da qual havia sido pedido e concedido o Usucapião. Os demais títulos de origem da M. 4.118 se reportam a áreas não localizadas em seu perímetro.¹⁰⁹

Uma vez dado o cenário da fazenda objeto do presente estudo, passa-se a fazer considerações sobre a empresa Sucocitrico Cutrale Ltda.

¹⁰⁷ IBID, p. 112, 113.

¹⁰⁸ IBID, p. 114.

¹⁰⁹ INCRA, 2006

2.4 Sucocítrico Cutrale Ltda.

Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.

Rosa Luxemburgo

Torna-se indispensável mencionar a dificuldade em encontrar materiais informativos acerca da empresa Sucocítrico Cutrale Ltda. Assim a única fonte disponível localizada foi o documento intitulado “Cultivo de laranja e produção de suco: indicativo de déficit de trabalho decente na Citrosuco S/A Agroindústria Sucocítrico Cutrale S/A, Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S/A”, do Instituto Observatório Social - IOS, de São Paulo, produzido em 2013 em atendimento à demanda da Christliche Initiative Romero – CIR.

Conforme informado na própria apresentação do documento, a pesquisa utilizou-se de fontes secundárias diversas (material de divulgação das próprias empresas, órgãos governamentais, imprensa especializada, etc.) para embasar o estudo. Na parte citada na presente monografia, páginas 53 a 56, observa-se que as fontes usadas são revistas e notícias.

No entanto, em que pese a precariedade de informações a respeito da Sucocítrico Cutrale Ltda., é necessário mostrar quem é a empresa para que se entenda o motivo da luta dos trabalhadores sem terra perdurar por tantos anos sem resultados. Trata-se de uma questão de poder, como mais a frente se demonstrará.

A empresa Cutrale teve gênese no início do séc. XX, em Araraquara, São Paulo, quando Giuseppe Cutrale, de origem italiana, mudou-se para o Brasil e começou a comprar laranjas do Rio de Janeiro e exportar a fruta *in natura* para a Alemanha, Canadá e Holanda. Em 1947, José Cutrale Júnior assumiu a empresa, adquirindo, no ano de 1950, laranjais e uma empresa que embalava laranja para a exportação. A Cutrale ingressou oficialmente no mercado do suco de laranja em 1967, quando comprou a falida empresa Suconasa, em Araraquara - SP. Veja-se:

No mesmo período, a região produtora de laranja na Flórida (USA) foi atingida por diversos desastres naturais, o que fez com que a fruta ficasse valorizada no mercado internacional. Em 1968, a empresa passou por sua primeira ampliação e a produção passou de 10 mil para 15 mil caixas de 40,8 quilos de laranja por dia, cujo montante

era considerado um recorde para a época. Em 1969, a Cutrale comprou sua primeira fazenda em Bebedouro (SP), a Fazenda Santa Alice.¹¹⁰

De acordo com o Instituto de Observatório Social, durante a década de 1990 a Cutrale se estruturou, comprando mais laranjais, bem como duas fábricas na Flórida, de modo que passou a liderar o mercado mundial de laranja, permanecendo neste posto até o ano de 2012. Segundo relata Vieira:

Das empresas que atuam na produção de laranja, a Cutrale e a Citrosuco são as que já possuem tradição no plantio. Contudo, foi no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 que essas empresas ampliaram a produção própria, adquirindo grandes quantidades de terras e invertendo grandes investimentos em novos plantios.¹¹¹

Tais aquisições contribuíram para que a empresa se transformasse num império bilionário. A principal produção da empresa é o suco de laranja concentrado e congelado. Porém, suas atividades se expandiram para o comércio da casca cítrica e os óleos dela provenientes. A empresa é administrada, atualmente, por José Luís Cutrale, neto do fundador da Cutrale, conhecido mundialmente como o “rei da laranja”.¹¹² Confira-se:

Em 2012 a Cutrale exportou para 90 países e manteve mais de 15 mil funcionários formais. Dentre os países de exportação do suco concentrado de laranja, a Cutrale vende para mais de vinte países, incluindo EUA, China e os países europeus. Seus clientes incluem grandes corporações mundiais como a Coca-Cola (da qual é a fornecedora exclusiva), Parmalat e Nestlé. Em 2009, a família Cutrale detinha um dos maiores monopólios alimentícios do mundo, responsável por 30% do mercado global de suco de laranja.¹¹³

No ano de 2005, a Sucocítrico Cutrale Ltda. adquiriu a Fazenda Santo Henrique. Ricardo Manffrenatti Venturelli relata que a empresa: “entrou com um pedido de Certificação

110 Instituto Observatório Social, **Cultivo de laranja e produção de suco: indicativo de déficit de trabalho decente na Citrosuco S/A Agroindústria Sucocítrico Cutrale S/A, Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S/A**, São Paulo, 2013, p. 53.

111 VIEIRA, Ana Cláudia, Integração vertical, concentração e exclusão na citricultura paulista, tese de doutorado, Departamento de Engenharia de Produção, Ufscar, 2003, não paginado. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3326/TeseACVS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

112 IBID, p. 54, 55.

113 Id.

das Matrículas (georreferenciamento) junto ao Incra, cujo trabalho atesta a existência de 367,1992 ha a mais do que a somatória das M. 5.652 e 4.118”.¹¹⁴

Devido a essas incoerências nas matrículas, existem duas ações em face da Cutrale: a Ação reivindicatória nº 2006.61.25.002729-2, da 1ª Vara Federal de Ourinhos/SP, que questiona a matrícula 4118, e a Ação Querela *Nullitatis* nº 2009.61.08.004471-6, da 1ª Vara Federal de Bauru, que contesta a matrícula 5652.

De acordo com o Incra, tem-se o seguinte:

a fazenda - de 2,6 mil hectares - faz parte do Grupo Colonial Monção, um conjunto de fazendas comprado pela União em 1909 para projeto de colonização de mais de 100 anos. Juntas, somavam cerca de 40 mil hectares abrangendo terras em Agudos, Lençóis Paulista, Borebi, Iaras e Águas de Santa Bárbara. De acordo a autarquia federal, existem ainda remanescentes de patrimônio da União - áreas que até hoje não foram transferidas para o domínio privado. O caso do Núcleo Colonial Monção vem sendo analisado e discutido desde 1993. Na primeira ação reivindicatória, proposta em 1997, envolvendo a fazenda Capivara, o Incra obteve a tutela antecipada de 30% do imóvel destinado ao assentamento Zumbi dos Palmares, localizado em Iaras. Em 2007, a Justiça Federal imitiu o Incra na posse da totalidade do imóvel de 8 mil hectares. No conjunto, foram mais de 50 ações judiciais que totalizam aproximadamente 17 mil hectares. No caso da fazenda Santo Henrique, a Justiça negou o pedido de tutela antecipada, que permitiria tomar posse imediata de parte das terras. O Incra entrou com recurso. O caso não foi julgado, mas serviu como uma espécie de senha para nova invasão [*sic*] do MST - a mesma fazenda também foi invadida em abril do ano passado.¹¹⁵

No mesmo sentido, consta do processo aberto contra a Cutrale:

Constata-se que a área não transferida legalmente pelo processo de colonização no núcleo monção foi, ao longo dos anos, sendo ocupada por terceiros de boa ou má-fé, fato esse que perpetua até os dias de hoje. Algumas das terras pertencentes à União, com base em seus respectivos títulos de propriedade, estão na posse de terceiros. (...). Constatada que os imóveis são bens públicos federais, a posse e propriedade detida pela Cutrale configuram-se ilegítima e injusta, bem como as acessões são de má-fé, pois realizou o plantio das mudas de laranja já sabedor que a área era pública federal desde 3 de janeiro de 2006, quando de comunicação em razão do processo de certificação de matrículas do INCRA.¹¹⁶

114 VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e poder:** as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 116.

115 *Área usada por Cutrale é da União desde 1909, diz Incra* in <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,area-usada-por-cutrale-e-da-uniao-desde-1909-diz-incra,448423,0.htm>, 09 de outubro de 2009

116 Memória sobre Cutrale/Fazenda Santo Henrique. 1) Ação reivindicatória Proc. Nº 2006.61.25.002729-2, da 1ª Vara Federal de Ourinhos/SP – Matrícula 4118. 2) Ação Querela *Nullitatis* Proc Nº 2009.61.08.004471-6, da

Da análise da Cadeia Sucessória Dominial, são identificadas duas outras irregularidades fundiárias da Cutrale. A primeira diz respeito a inconsistência da matrícula de número 4118, pois não está embasada em títulos de origem anteriores, sendo criada com base em supostas transcrições de seus “primeiros proprietários”.

A área reivindicada total de 1.104,0087 ha (um mil, cento e quatro hectares e oitenta e sete centiares), dos quais: 1) a área de 870,2800 há (oitocentos e setenta hectares e vinte e oito ares) está registrada sob a matrícula de número 4118, junto ao cartório de registro de imóveis de Cerqueira César, 2) a área restante de 233.7287 ha (duzentos e trinta e três hectares, setenta e dois ares e sete centiares) encontra-se sem registro.¹¹⁷

A segunda irregularidade apontada consiste na diferença entre a descrição do imóvel na mesma matrícula e a real área ocupada pela empresa.

As áreas descritas e ora ocupadas pela empresa ré, quando confrontadas com sua localização física, não condizem com as citações das Transcrições que originaram os títulos atuais. Existe uma grande diferença entre a real descrição do imóvel na matrícula número 4118 e a real área ocupada fisicamente pela empresa-ré, em outros termos, a área ocupada pela empresa-ré é cerca de 233,7284 (duzentos e trinta e três hectares, setenta e dois ares e oitenta e sete centiares) maior do que aquela descrita no documento notarial.¹¹⁸

De acordo com o Dossiê Cutrale, elaborado pelo MST no ano de 2011, além das irregularidades fundiárias, há indícios de que a empresa comete irregularidades ambientais, isso porque “não tem reserva legal na área de seus pomares na região de Iaras e tem desrespeitado a Área de Preservação Permanente”.¹¹⁹

1ª Vara Federal de Bauru – Matrícula 5652. Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral Federal/Procuradoria Federal Especializada – INCRA/Procuradoria Jurídica de São Paulo.

117 Memória sobre Cutrale/Fazenda Santo Henrique. 1) Ação reivindicatória Proc. Nº 2006.61.25.002729-2, da 1ª Vara Federal de Ourinhos/SP – Matrícula 4118. 2) Ação Querela Nullitatis Proc Nº 2009.61.08.004471-6, da 1ª Vara Federal de Bauru – Matrícula 5652. Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral Federal/Procuradoria Federal Especializada – INCRA/Procuradoria Jurídica de São Paulo.

118 Id.

119 Memorial Cutrale, 2011. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/coletivocave/dossie-cutrale-elaborado-pelo-mst>>

Questão ambiental: 1. Medida Cautelar de Produção Antecipada de Prova. Proc Nº 2007.61.25.002050-0, da 1ª Vara Federal de Ourinhos. Autor: Sucocítrico Cutrale (réu Incra).

Neste processo proposto pela Cutrale, constatou o perito judicial que a empresa comete crime ambiental, pois não tem reserva legal e está plantando laranja em Área de Preservação Permanente (APP), fato este constatado também pelo assistente técnico do INCRA. Além disso, esse cultivo, como projeto agropecuário está sujeito a licença ambiental (RES. CONAMA 237/97) que não foi elaborado¹²⁰

Conforme demonstrado, a empresa se apropriou de terras públicas e tem utilizado essas glebas em favor próprio ao longo dos anos. Enquanto a empresa, por meio da produção de suco cítrico e seus derivados, tem aumentado o seu capital se consolidando no mercado mundial da laranja, centenas de famílias, em estado de vulnerabilidade social, aguardam a distribuição de terras em acampamentos do MST. É nesse contexto, que os militantes sem terra ocuparam a fazenda Santo Henrique no ano de 2009, reivindicando-a para fins de reforma agrária.

120 Id.

3 CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA

A luta por justiça no acesso à terra no capitalismo sempre foi criminalizada. Como resultado, observa-se um quadro alarmante de violência, perseguição, ameaças e assassinatos às trabalhadoras e aos trabalhadores que desafiam os latifúndios e lutam pela concretização de uma reforma agrária popular.

No caso objeto do presente estudo, que é a ocupação da Fazenda Santo Henrique, pelo MST, essa criminalização é manifesta pela ação sensacionalista da mídia nacional, pelo tratamento dispensado pela Polícia Civil, Militar e pelo Poder Judiciário.

Assim sendo, no presente capítulo busca-se analisar a criminalização da ocupação da Fazenda Santo Henrique, pertencente à empresa Cutrale, no município de Borebi, São Paulo, realizada pelos integrantes do MST no ano de 2009.

Desta forma, na primeira parte, será tratado o problema da criminalização à luz da criminologia crítica.

Na sequência, será estudado o caso concreto, a abordagem criminalizadora da mídia sobre o ocorrido e o tratamento do Judiciário dispensado ao caso.

Por fim, na última parte, será analisado a imputação de formação de quadrilha ou bando armado presente no processo judicial nº 007666-56.2009.8.26.0319, em trâmite perante a 1ª Vara da Comarca de Lençóis Paulista.

3.1 O problema da criminalização

*Esta cova em que estás com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida
É a conta menor que tiraste em vida
É de bom tamanho nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio.
Funeral de um lavrador, Chico Buarque*

Antes de analisar a criminalização da luta pela terra a partir do Caso Cutrale, cabe tecer algumas considerações acerca dos conceitos de controle social, sistema penal, direito

penal e criminologia crítica.¹²¹ Cumpre elucidar que não há pretensão de esgotamento da temática, mas tão somente proporcionar a base para a análise do caso escolhido.

De acordo com Eugenio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli, o ser humano sempre se organizou em sociedade. Dentro da sociedade, reúnem-se em grupos permanentes, alternativa ou eventualmente coincidentes ou antagônicos em seus interesses. Nas palavras dos autores, “os conflitos entre grupos se resolvem de forma que, embora sempre dinâmica, logra uma certa estabilização que vai configurando a estrutura de poder de uma sociedade, que é em parte institucionalizada e em parte difusa”.¹²²

Toda sociedade apresenta uma estrutura de poder, na qual determinados grupos dominam e são dominados, com setores mais próximos ou mais marginalizados do poder. Essa estrutura permite que se “controle” socialmente a conduta dos indivíduos. Para manter essa estrutura de poder, o controle social é exercido tanto sobre os grupos mais distantes do centro de poder como sobre os grupos mais próximos à ele. O controle social utiliza-se de meios mais difusos, como por exemplo a família, a educação, a medicina, a religião, os partidos políticos, os meios de comunicação, etc., como também de meios específicos e explícitos como é o sistema penal.¹²³

Para compreender o sistema penal, é necessário entender em que consiste o direito penal. Consoante ensina o professor Nilo Batista, o direito penal “é o conjunto de normas jurídicas que prevêm os crimes e lhes cominam sanções, bem como disciplinam a incidência e validade de tais normas, a estrutura geral do crime, e a aplicação e execução das sanções cominadas”.¹²⁴

A fim de garantir a sua funcionalidade, o direito penal conta com o auxílio de outros conjuntos de normas, como por exemplo o direito processual penal, a organização judiciária, a lei de execução penal, regulamentos penitenciários, dentre outros. Subordinadas a esses

121 Indica-se como referência de leitura aos que se interessarem pelo aprofundamento na matéria de criminologia crítica, os livros: *Punição e Estrutura Social*, de Otto Kirchheimer e George Rusche; *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*, de Vera Malaguti Batista; *O Inimigo do Direito Penal*, de Eugênio Raul Zaffaroni; *Criminología Crítica y Crítica Del Derecho Penal - Introducción a la sociología jurídico-penal*, de Alessandro Baratta; *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*, de Nilo Batista; *Cárcere e Fábrica*, de Dario Melossi e Massimo Pavarini; *A criminologia Radical*, de Juarez Cirino dos Santos; e, *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal, Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização e Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão*, todos de Vera Regina Pereira de Andrade.

122 ZAFFARONI, Eugênio Raul. PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: volume 1 - parte geral. 9 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 62.

123 Ibid, p. 63.

124 BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 11ª edição, março de 2007, p. 24

conjuntos, existem instituições que desenvolvem suas atividades em torno da realização do direito penal: a instituição policial, a instituição judiciária e a instituição penitenciária. À esse conjunto de instituições, Nilo Batista chama de sistema penal.¹²⁵

Por sua vez, Eugenio Raúl Zaffaroni e José Henrique Pierangeli entendem que o sistema penal tem uma maior abrangência. Para eles o sistema penal seria um “controle social punitivo institucionalizado”, que corresponderia a procedimentos repressivos e controladores, ainda que não necessariamente legais. Assim, além da atividade do legislador, do público, da polícia, dos juízes, promotores, etc., estaria abarcado o conteúdo sancionatório dos discursos de tipo terapêutico ou assistencial, como por exemplo a ideologia psiquiátrica e a internação de idosos.¹²⁶

O que é comum para todos os autores trabalhados, é que o sistema penal funciona de forma seletiva. Como bem pontua Nilo Batista, o sistema penal se apresenta como um sistema igualitário, sob a fachada de que trata igualmente os agentes em razão de sua conduta, quando na verdade atua de forma seletiva, atingindo apenas determinadas pessoas, integrantes de determinados grupos sociais, a pretexto de sua conduta.¹²⁷

Como resultado da seletividade do sistema penal, têm-se a criminalização de determinados grupos sociais marginalizados. No presente estudo se verificou que a luta pela terra, desde seus primórdios, é criminalizada, e em consequência disso, também o MST. Compete, desta forma, analisar o que é a criminalização.

A origem etimológica da palavra criminologia deriva do latim *crimino* (crime) e do grego *logos* (estudo), significando, portanto, o estudo do crime. A professora Lola Aniyar de Castro explica que a criminologia

é a atividade intelectual que estuda os processos de criação das normas penais e das normais sociais que estão relacionadas com o comportamento desviante; os processos de infração e de desvio destas normas; e a reação social, formalizada ou não, que aquelas infrações ou desvios tenham provocado: o seu processo de criação, a sua forma e conteúdo e os seus efeitos.¹²⁸

125 Ibid, p. 25.

126 ZAFFARONI, Eugênio Raul. PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**: volume 1 - parte geral. 9 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. p. 69/70

127 BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. Rio de Janeiro: Revan, 11ª edição, março de 2007, p. 25/26

128 CASTRO, Lola Anyar de. **Criminologia da reação social**. Tradução e Acréscimos de Ester Kosovski, Rio, 1983, p. 52.

Importante ressaltar que criminologia se difere de política criminal. A política criminal, conforme leciona Nilo Batista, é o conjunto de “princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação”.¹²⁹ À vista disso, aponta que a política de segurança pública, a política judiciária e a política penitenciária integram a política criminal.

A construção social da criminalidade utilizada pelo direito penal passou por importantes transformações ao longo dos anos. Como bem explica Alessandro Baratta: “a concepção positivista da ciência como estudo das causas balizou a criminologia”.¹³⁰ O paradigma etiológico enraizado pela criminologia positivista, partindo da ideia de distanciamento entre o sujeito e o objeto, com base em uma suposta neutralidade axiológica, entendia ser possível o estudo do crime e do criminoso como realidades ontológicas e pré-constituídas.¹³¹

Esse modelo, conforme explica a professora Katie Argüello:

caracteriza-se por um paradigma etiológico, pelo qual a criminalidade se torna um atributo de determinados indivíduos (“anormais”), cuja propensão a delinquir pode ser determinada pelas suas características biológicas e psicológicas (diferenciando-os dos indivíduos “normais”), ou pelos fatores socioambientais a que estão submetidos.¹³²

A concepção de criminologia foi revolucionada com a abordagem do *labeling approach* que deslocou o objeto de pesquisa da criminologia das causas da criminalidade para a criação social. Juarez Cirino dos Santos ensina que neste novo paradigma: “a criminalidade não seria um dado ontológico preconstituído, mas realidade social construída pelo sistema de justiça criminal através de definições e da reação social”.¹³³ Assim:

O labeling approach representa condição necessária, mas insuficiente para formação da Criminologia crítica, como dizia BARATTA: condição necessária porque mostra

129 BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. p. 34

130 Baratta p. 30

131 BORTOLOZZI JÚNIOR, FLÁVIO. **A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à concretização dos direitos fundamentais**. 2008, p. 59. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, 2008.

132 ARGÜELLO, Katie. **Do Estado social ao Estado Penal**: invertendo o discurso da ordem, p. 9. Disponível em: <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Artigo-Katie.pdf>. Acesso em agosto de 2019.

133 BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. Introdução à Sociologia do Direito Penal, tradução e prefácio Juarez Cirino, 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p. 11

o comportamento criminoso como consequência da aplicação de regras e sanções pelo sistema penal – e não como qualidade da ação, segundo a etiologia positivista; mas condição insuficiente, porque incapaz de indicar os mecanismos de distribuição social da criminalidade, identificáveis pela inserção do processo de criminalização no contexto das instituições fundamentais das sociedades modernas – a relação capital/trabalho assalariado –, suscetível de mostrar que o poder de definir crimes e de atribuir a qualidade de criminoso corresponde às desigualdades sociais em propriedade e poder das sociedades contemporâneas.¹³⁴

É neste sentido que Vera Malaguti Batista, em seu livro “Introdução crítica à criminologia brasileira”, explica que a história da criminologia está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo. Afirmar que “a criminologia e a política criminal surgem como um eixo específico de racionalização, um saber/poder a serviço da acumulação de capital”.¹³⁵

Ao estudar o desenvolvimento dos sistemas penais em cada período histórico, Otto Kirchheimer e Georg Rusche observam que: “Todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção”.¹³⁶ Vera Malaguti Batista ensina que o pensamento marxista foi essencial para a desconstrução das verdades jurídicos-penais do iluminismo, pois coloca em evidência que a criminalização e o poder punitivo estão subordinados aos interesses das classes dominantes.¹³⁷

A socióloga leciona que o marxismo desconstruiu o mito da igualdade do direito, por meio da crítica do paradoxo entre a igualdade formal e a desigualdade concreta e substancial. Partindo dessa premissa, identifica-se a existência de um nexo funcional entre os mecanismos seletivos e o processo de acumulação do capital.¹³⁸ A concepção liberal burguesa da criminologia, conforme expõe Baratta, protege e imuniza as classes superiores de seus comportamentos lesivos, enquanto promove a criminalização das classes inferiores, tipificando comportamentos próprios desses segmentos sociais.¹³⁹

134 CIRINO DOS SANTOS, J. A **Criminologia Crítica e a Reforma da Legislação Penal**, p. 2. Disponível em: http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/criminologia_critica_reforma_legis_penal.pdf. Acesso em agosto de 2019.

135 BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011. p. 25

136 RUSCHE, George. KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social**, tradução de Gizlene Neder. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004, p. 20

137 BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011. p. 79/80

138 BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011. p. 90

139 BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. Introdução à Sociologia do Direito Penal, tradução e prefácio Juarez Cirino, 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002, p. 15

Ao explicar o processo de desenvolvimento da criminologia crítica, Baratta aponta como principais movimentos: o deslocamento do enfoque do autor para as condições objetivas, estruturais e funcionais; e, o deslocamento das causas do desvio criminal para os mecanismos da realidade social. Segundo o autor, na criminologia crítica:

a criminalidade (...) se revela, principalmente, como um *status* atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção dos bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas.¹⁴⁰

É a partir dessa reflexão que Baratta chega a um conceito sobre a criminalidade, definindo-a como: “um ‘bem negativo’, distribuído desigualmente conforme a hierarquia dos interesses fixada no sistema sócio-econômico e conforme a desigualdade social entre indivíduos”.¹⁴¹

A criminologia crítica, segundo Katie Argüello: “parte do conhecimento dos mecanismos seletivos e das funções reais do sistema, vinculadas à distribuição desigual do ‘bem negativo’, para ir além no questionamento das razões estruturais que sustentam, numa sociedade de classes, o processo de definição e de seleção”.¹⁴²

Tais reflexões acerca da criminologia possibilitam uma melhor compreensão da criminalização da luta pela terra no Brasil. Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, a estrutura fundiária brasileira é marcada pela intensa desigualdade no que toca à distribuição de terras. Enquanto milhares de trabalhadoras e trabalhadores vivem à margem da sociedade, a terra está concentrada nas mãos de uma burguesia agrária.

Em que pese a luta pela terra e a resistência dos camponeses no campo serem constante, nunca houve uma efetiva política de redistribuição de terras, de reforma agrária, de modo que permanece até hoje um modelo estrutural baseado no grande latifúndio.¹⁴³ A criminalização da luta pela terra é o alicerce para a manutenção desse quadro de concentração fundiária.

140 IBID, p. 161

141 Id.

142 ARGÜELLO, Katie. **Do Estado social ao Estado Penal**: invertendo o discurso da ordem, p. 12. Disponível em: <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Artigo-Katie.pdf>. Acesso em agosto de 2019.

143 BORTOLOZZI JÚNIOR, Flávio. **A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à concretização dos direitos fundamentais**. 2008, p. 61. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, 2008.

3.2 O Caso Cutrale

Aqui, toda a vizinhança proclama convicta: “Os jornais servem para fazer embrulhos”. E é uma das raras vezes em que todos estão de acordo.
Cecília Meireles.

No final de 2009, foi noticiada em toda a mídia nacional a ocupação da Fazenda Santo Henrique, pertencente à empresa Sucocítrico - Cutrale Ltda., no município de Borebi, São Paulo, realizada pelos integrantes do MST. Imagens de tratores destruindo pomares de laranjas foram divulgadas em veículos de comunicação de todo o território brasileiro, de modo sensacionalista, causando grande comoção nacional e uma consequente criminalização dos militantes pelo ato “depredatório”, “vândalo”.

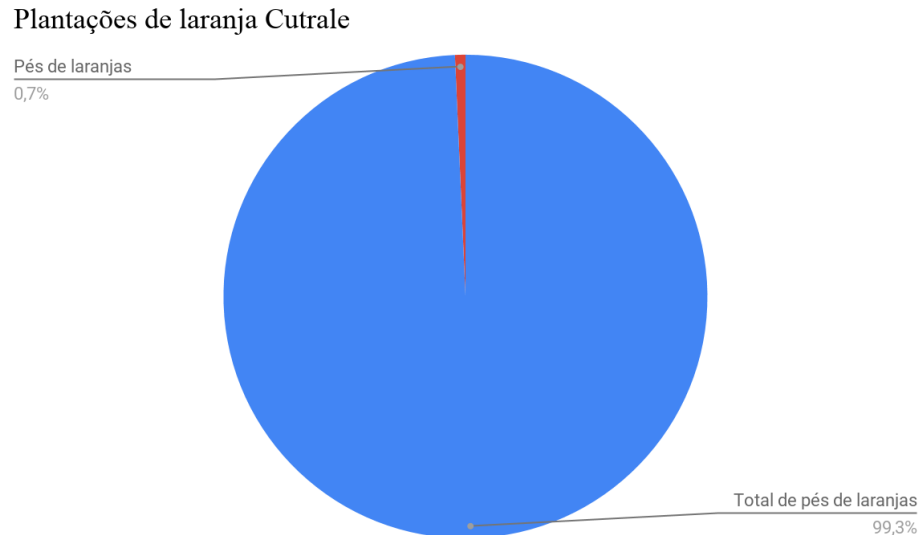
Conforme explanado nos capítulos anteriores, a grilagem ocorrida na região têm sido objeto de denúncia há muito tempo, inclusive com dois processos judiciais em face da Cutrale, a Ação Reivindicatória nº 2006.61.25.002729-2, da 1ª Vara Federal de Ourinhos/SP e a Ação Querela Nullitatis nº 2009.61.08.004471-6, da 1ª Vara Federal de Bauru/SP. O próprio Incra reconheceu a apropriação de terras públicas pela empresa. No entanto, embora haja provas irrefutáveis acerca da grilagem de terra, ações caminham a passo lento. A morosidade do Poder Judiciário tem beneficiado a empresa ao longo destes anos, enquanto centenas de famílias aguardam em acampamentos o acesso à terra.

Movidos pela expectativa de assentar mais de 400 famílias, caso a Cutrale desocupasse as terras públicas que explora ilegalmente na região, que centenas de trabalhadoras e trabalhadores do MST ocuparam a Fazenda Santo Henrique no dia 29 de setembro de 2009, lá permanecendo por 10 dias. Após a ação coletiva, aproximadamente 35 trabalhadores da empresa, que tinham vínculos com o Movimento foram demitidos, mesmo sem participar do ato.¹⁴⁴

As imagens dos militantes derrubando os pomares de laranja foram registradas por um helicóptero da Polícia Militar. De acordo com os dados fornecidos pela própria corporação, foram derrubados cerca de sete mil pés de laranja, o que correspondia a 0,7% do

144 MST, POPULAR, tribunal. **DOSSIÊ CUTRALE - 2011**, p. 26. Disponível em: <https://terralivre.org/comunicacao/dossie-cutrale-2011-vejam-documento-importante>. Acesso em agosto de 2019.

1 milhão de pés de laranja existentes na fazenda¹⁴⁵. Na figura abaixo, mostra-se a quantidade de laranjas derrubadas, face ao império de laranjas da empresa:



Ressalta-se que na ação, as famílias sem terra plantaram feijão no lugar de parte da monocultura cítrica,¹⁴⁶ simbolizando a luta da agricultura familiar contra o agronegócio.

Segundo o Dossiê Cutrale:

Além da imediata desapropriação, um dos objetivos da ação, ligado diretamente à este, era garantir uma reunião com o superintendente do Incra para tratar da situação jurídica da fazenda, consideradas terras públicas. No entanto, uma decisão da Justiça de Lençóis Paulista determinou que as famílias deixassem a área, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 500 por pessoa. No dia 7 de outubro de 2009, as famílias desocuparam a área e voltaram de caminhão ao acampamento, após ameaças de prisão e uso de força policial.¹⁴⁷

As filmagens da ocupação feitas pela Polícia Militar foram divulgadas em grandes redes de comunicação, dois dias antes da desocupação da fazenda, reavivando o debate no Congresso Nacional para a formação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI). A proposta de uma CPMI composta por deputados e senadores, com o intuito de

¹⁴⁵ IBID, p. 27.

¹⁴⁶ Id.

¹⁴⁷ Id.

averiguar suposta utilização de recursos públicos de forma ilícita pelos movimentos sociais, teria sido vetada em momento anterior.¹⁴⁸

Conforme explica Bárbara Klopas Locks de Godói: “um movimento social precisa de visibilidade para demonstrar seus propósitos; ampliar seus espaços de luta e atuação; compartilhar com a sociedade e, em especial, com as categorias de sujeitos mais afetadas pela crise estrutural do capital (...)”. Somente a partir do compartilhamento de pautas é que se possibilita a criação de laços de solidariedade e apoio, que legitimam e fortalecem a existência do movimento.¹⁴⁹

No entanto, a relação dos movimentos sociais com as mídias é eivada de atritos, uma vez que a mídia está à disposição da elite hegemônica¹⁵⁰. Ao se contrapor aos interesses das classes dominantes, os movimentos sociais são alvos de discursos e práticas manipuladores-criminalizantes. Assim, a mídia procura direcionar o posicionamento das massas de forma contrária às lutas sociais:

A mídia é uma das mais poderosas agências do controle social informal, sobretudo porque, na acepção de Gramsci, é um aparelho privado de hegemonia. A mídia molda pensamentos, opiniões, ideologias, comportamentos. E, nesse sentido, contribui para a formação de um senso comum criminológico e a legitimação do sistema penal.¹⁵¹

Voltando à análise da ocupação da Fazenda Santo Henrique, percebe-se que as transmissoras deram um enfoque pejorativo à ação, buscando em suas reportagens caracterizá-la como um ato de vandalismo, sem fornecer à população informações sobre o real

148 Id.

149 Criminologias [livro eletrônico] : feminismos, mídia e protestos sociais / Katie Silene Cáceres Argüello, Priscilla Placha Sá, coordenadoras; Victor Sugamoto Romfeld, Heloisa Vieira Simões, organizadores. In: GODÓI, Bárbara Klopas Locks. Brava gente invasora, violenta e desordeira: a construção social do MST nas páginas do jornal O Globo. Curitiba, PR: Editora Virtual Gratuita - EVG, 2018, p. 38. Disponível em: https://www.academia.edu/36521265/Criminologias_-_feminismos_mi_dia_e_protestos_sociais_Completo.pdf. Acesso em agosto de 2019.

150 A professora Virginia Maria Fontes explica que a “[...] Hegemonia expressa uma forma de dominação de classes e pode consistir em formas refinadas de subalternização – pois o convencimento coercitivo do qual se reveste apresenta-a como se fosse necessária, legítima e natural”. FONTES, Virginia Maria. Hegemonia severina: Conservação e mudança, convencimento e coerção. In: V Simpósio Estado e poder: hegemonia, 2008, Niterói-RJ. Anais. Niterói: UFF, 2008, p.12.

151 Criminologias [livro eletrônico] : feminismos, mídia e protestos sociais / Katie Silene Cáceres Argüello, Priscilla Placha Sá, coordenadoras; Victor Sugamoto Romfeld, Heloisa Vieira Simões, organizadores. In: GODÓI, Bárbara Klopas Locks. Brava gente invasora, violenta e desordeira: a construção social do MST nas páginas do jornal O Globo. Curitiba, PR: Editora Virtual Gratuita - EVG, 2018, p. 38. Disponível em: https://www.academia.edu/36521265/Criminologias_-_feminismos_mi_dia_e_protestos_sociais_Completo.pdf. Acesso em agosto de 2019.

quadro fundiário da região. Foi o constatado pelo “Brasil de Fato”, site de notícia e rádioagência, ao refletir sobre as lutas de classes que envolvem a sociedade:

[...] A TV Globo e sua rede de influências utilizou todo seu arsenal para criminalizar os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criar um clima na opinião pública, como se a derrubada de alguns pés de laranja fosse um crime hediondo. Mas não disse nada sobre a invasão de terras públicas pela empresa. E não disse nada sobre o processo que a Polícia Federal move contra a empresa por prática de cartel e distorção de preços pagos aos agricultores, que levou de milhares deles à falência. Tudo isso foi o pano de fundo para que a Polícia Civil e Militar de São Paulo, do governo do tucano José Serra, fizessem um verdadeiro carnaval; deslocaram oito delegados, 150 homens fortemente armados, para prender nove militantes do MST, 45 dias depois da ordem judicial emitida, pasmem, sem ouvir ninguém, no dia 10 de dezembro de 2009. Felizmente, o Tribunal de Justiça de São Paulo recolocou as coisas no seu devido lugar e deu liberdade aos militantes presos. Mas a Globo não comentou nada.¹⁵²

É cediço que a veiculação de opiniões de figuras públicas na mídia influencia a formação da opinião pública. Assim, quando do episódio em comento, foi reproduzida, em mídia nacional, a opinião do governador do Estado de São Paulo, José Serra, e do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva afirmando que a ação do Movimento de destruir os pomares de laranja configurava vandalismo.

A esse respeito, ensina Teunen A. Van Dijk:

los protagonistas de las noticias son los que ostentan el poder, se les cita más a menudo, aparecen con mayor frecuencia en los titulares y sus declaraciones se presentan y se encuentran normalmente con más credibilidad. Lo contrario sucede con los menos poderosos. Sus experiencias, sus versiones de un hecho en particular, su ideología opuesta y su credibilidad tienden a ser menos prominentes, y a marginarse o, simplemente, ignorarse.¹⁵³

Conforme ensina Godói, agindo dessa forma, as mídias desvirtua, despolitiza e descontextualiza das ações do MST, uma vez que: “Sob esse enfoque, as lutas sociais do MST são transformadas em lutas criminais e, os trabalhadores e militantes, de sujeitos políticos são

152 Brasil de Fato. **O carnaval da vida**. 06 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/3918/>. Acesso em agosto de 2019.

153 VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.p. 58-59.

transformados em sujeitos criminosos”.¹⁵⁴ Logo, as razões que levaram à ocupação da fazenda e a drástica medida de derrubar parte dos pomares são deixadas de lado.

Ao analisar a ação do MST, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, em nota pública divulgada no dia 07/10/2009, defendeu que: “por mais radical que possa parecer, escancara aos olhos da nação a realidade brasileira. Enquanto milhares de famílias sem terra continuam acampadas Brasil afora, grandes empresas praticam a grilagem e ainda conseguem a cobertura do poder público”.¹⁵⁵

Em entrevista à Folha de São Paulo, João Pedro Stédile foi questionado se “ao destruir alimentos” o MST não temia perder o apoio da população pobre que depende do bolsa família para comprar alimento. O economista respondeu que 98% da produção de suco no país é exportada, dificilmente chegando à mesa dos pobres. Explicou que a agricultura familiar visa assegurar a produção de alimentos de qualidade ao mercado interno e gerar emprego no meio rural.¹⁵⁶

A destruição dos pomares de laranja foi apenas o estopim para uma avalanche de criminalização dos militantes sem terra.

O MST foi acusado de destruir, um grande número de pés de laranja, tratores e casas, além de seqüestrar funcionários da fazenda. As principais acusações veiculadas na grande mídia como a Folha de S. Paulo, foram formação de quadrilha ou bando, esbulho possessório, dano e furto qualificado”.¹⁵⁷

Segundo elucida Stédile: “Depois da saída deles e antes da entrada da imprensa, o ambiente foi preparado para produzir imagens de impacto. Propomos que uma comissão independente investigue a verdade”.¹⁵⁸ A comissão independente para a apuração dos fatos

154 **Criminologias** [livro eletrônico] : feminismos, mídia e protestos sociais / Katie Silene Cáceres Argüello, Priscilla Placha Sá, coordenadoras; Victor Sugamoto Romfeld, Heloisa Vieira Simões, organizadores. In: GODÓI, Bárbara Klopas Locks. Brava gente invasora, violenta e desordeira: a construção social do MST nas páginas do jornal O Globo. Curitiba, PR: Editora Virtual Gratuita - EVG, 2018, p. 70. Disponível em: https://www.academia.edu/36521265/Criminologias_-_feminismos_mi_dia_e_protestos_sociais_Completo.pdf. Acesso em agosto de 2019.

155 Comissão Pastoral da Terra. **Mais uma vez mídia e ruralistas investem contra o MST**. Goiânia, 7 de outubro de 2009. Nota Pública. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/117182-1>. Acesso em agosto de 2019.

156 Folha de São Paulo. **Stédile chama Lula de mal informado**. São Paulo, 12 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1210200906.htm>. Acesso em agosto de 2009.

157 MENDONÇA, Núbia Tortelli. **Na luta pela terra**: Cutrale x MST (setembro de 2009), Uberlândia, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, 2012, p. 40

158 Folha de São Paulo. **Stédile chama Lula de mal informado**. São Paulo, 12 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1210200906.htm>. Acesso em agosto de 2009

nunca existiu, em seu lugar foi instaurado a Operação Laranja, da Polícia Civil de São Paulo, com o objetivo de prender os militantes sem terra responsáveis pela destruição dos pomares. A ação policial contou com mais de 150 policiais no cumprimento de mandados de busca e apreensão.¹⁵⁹

A violência com que foi conduzida a Operação Laranja é evidenciada na reportagem do Brasil de Fato, datado de 28 de setembro de 2010:

Não vai levantar não, vagabundo? O senhor usa droga?”. Eram 5 horas da manhã, quando a porta de lona e madeira de Gentil Alves, um senhor de 78 anos, era arrancada por quatro homens. Sozinho em seu “barraco”, ele viu toda a roupa de sua família ser jogada e revirada no chão. “Um magrinho falou: ‘o vó não deve não, daqui um dia, nós volta’. Fiquei tremendo de medo”, recorda-se Seu Gentil, camponês que possui um lote de 6 alqueires no assentamento Loiva Lourdes, em Borebi, no interior do estado de São Paulo. Ele e sua mulher, dona Nair, de 66 anos, moram com a neta e a bisneta de 6 meses. Ele foi um, entre tantos, que foi surpreendido com a chamada Operação Laranja.¹⁶⁰

O caso de seu Gentil Alves e de sua companheira Nair, foi apenas um dos muitos casos de invasão da Polícia Civil vivenciado pelos militantes do MST. A Operação Laranja, de forma violenta prendeu diversos trabalhadores sem terra sob o argumento de ser medida essencial para garantir a investigação policial. O deputado Simão Pedro, do Partido dos Trabalhadores - PT, questionou a ação policial frisando a desnecessidade de prender os militantes, já que eles se colocaram à disposição da polícia, têm endereço fixo e são réus primários.¹⁶¹

A seletividade da mídia e da polícia nacional mostraram-se evidenciados na análise da ocupação da fazenda Santo Henrique. No final, a atenção da sociedade e do Poder Público voltaram-se à ação dos sem terras e não às irregularidades existentes na posse exercida pela empresa. A ocupação das terras públicas griladas pela Cutrale teve repercussões no âmbito criminal, desdobrando-se em uma ação penal em face dos dirigentes do MST.

159 Brasil de Fato. **Em defesa da Cutrale, polícia aterroriza militantes do MST**. 28 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/1756/>. Acesso em agosto de 2019.

160 Id.

161 PSOL São Paulo. **Em defesa da Cutrale, polícia aterroriza militantes do MST**. 22 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://psol50sp.org.br/2010/02/em-defesa-da-cutrale-polcia-ateroriza-militantes-do-mst/>. Acesso em agosto de 2019.

3.3 Análise da imputação de formação de quadrilha ou bando presente no processo judicial do Caso Cutrale.

*A terra vale um sonho?
A terra vale infinitas
reservas de crueldade,
do lado de dentro da cerca.*
Pedagogia dos aços, Pedro Tierra

A Operação Laranja deu ensejo a uma ação criminal, autuada sob o nº 007666-56.2009.8.26.0319, em trâmite perante a 1ª Vara da Comarca de Lençóis Paulista. Essa ação encontra-se no início da instrução, na fase de citação dos réus para apresentação de defesa prévia.¹⁶² Dentre as imputações atribuídas aos 22 militantes e dirigentes do MST, foi escolhida como objeto da presente pesquisa, a imputação de formação de quadrilha ou bando armado, por entender ser a imputação com maior relevância para o deslinde do feito, já que a sua procedência descaracterizaria toda a história de luta pela terra do movimento sem terra.

O Ministério Público do Estado de São Paulo, na figura do Promotor Aloísio Garmes Júnior apresentou a denúncia na data de 9 de março de 2018, alegando que os sem terras denunciados associaram-se em quadrilha ou bando armado para o fim de cometer crimes, notadamente roubo, dano ao patrimônio particular, esbulho possessório e posse ilegal de arma de fogo.

Extrai-se da denúncia que

os denunciados, a pretexto de reivindicar pela reforma agrária, organizaram-se em quadrilha armada formada por membros que se conheceram através de ações do Movimento Sem Terra, a fim de, reunidos, promover a execução de crimes de roubo, dano ao patrimônio particular, esbulho possessório e posse ilegal de arma de fogo nas fazendas pertencentes à Sociedade Empresária SUCOCITRICO-CUTRALE LTDA no Município de Borebi.¹⁶³

Esse fragmento da denúncia demonstra o descaso do Poder Judiciário com a luta pela terra. Todo o contexto que levou os sem terras a ocuparem a Fazenda Santo Henrique e destruírem parte dos pomares de laranja foi desconsiderado. A atenção da justiça não se voltou ao vasto arsenal de elementos probatórios que demonstravam a grilagem de terras

¹⁶² Torna importante explicar que não será exposto o nome dos denunciados neste estudo em atenção ao princípio da ética.

¹⁶³ Processo nº 007666-56.2009.8.26.0319, denúncia MPSP, fls. 3045.

públicas pela empresa. O foco do Poder Judiciário, ao receber a denúncia, estava sobre a população sem terra que, numa medida drástica, buscava a concretização de um direito constitucional.¹⁶⁴ A seletividade do sistema penal está escancarada.

Diante desse cenário, cabe analisar o que vem a ser essa formação de quadrilha ou bando armado, explorando brevemente sua origem, para a partir disso averiguar se a ocupação dos sem terras se enquadra na dita modalidade. Partindo da premissa de que o debate internacional do crime organizado influenciou a construção dos tipos penais de formação de bando e quadrilha e organização criminosa no Brasil, será feito um sucinto resgate da história do crime organizado.

Nota-se que embora o crime organizado não seja um fenômeno recente, há uma certa dificuldade na doutrina em conceituá-lo.¹⁶⁵ Juarez Cirino dos Santos, ao refletir sobre o tema, compreende que: “O conceito de crime organizado, desenvolvido no centro do sistema de poder econômico e político globalizado, recebeu na periferia desse sistema homenagens de cidadania, como se fosse um discurso criminológico próprio”.¹⁶⁶

Segundo o autor, foram os discursos americano e italiano os precursores sobre a concepção de crime organizado. O discurso americano sobre o *organized crime* foi desenvolvido com o objetivo de estigmatizar grupos sociais étnicos, atribuindo aos estrangeiros a responsabilidade pelos males da sociedade. Já o discurso italiano sobre o *crimine organizzato*, visava ao estudo da máfia siciliana.¹⁶⁷

Devido à essa origem política e clientelista, Eugênio Raul Zaffaroni entende que a expressão “crime organizado” é vazia e que sua conceituação para fins penais é inútil, uma vez que fenômenos: “tan heterogéneos deben ser combatidos con medidas particularizadas, adecuadas a las características de cada uno; de lo contrario, todos los intentos nacen destinados al fracaso”.¹⁶⁸

164 O artigo 170 da Constituição da República estabelece que “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre-iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social”. A luta pela concretização da reforma agrária está intrinsecamente ligada à garantia de existência digna e à justiça social.

165 CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Criminalidade Organizada: antigos padrões, novos agentes e tecnologias**. Ponto Urbe [Online], 8 | 2011, posto online no dia 30 julho 2014, consultado em 28 de agosto de 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1752>; DOI: 10.4000/pontourbe.1752.

166 CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Crime organizado**. Disponível em: http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/crime_organizado.pdf. Acesso em agosto de 2019.

167 Id.

168 VIRGOLINI, Julio E. S. SLOKAR, Alejandro W. (orgs.). **Nada Personal**. Ensayos sobre crimen organizado y sistema de justicia. Buenos Aires: Depalma, 2001, p. 10.

Jorge Godinho, por sua vez, sintetiza que o crime organizado é uma realidade mutável e imprecisa, pois abrange grupos distintos, que se dedicarão a uma ou a várias atividades ilícitas e terão diferente expansão geográfica ou nível de organização.¹⁶⁹

Essa imprecisão que permeia a definição do crime organizado, gerou uma vasta teorização acerca do tema, trazendo diversos olhares, oriundos das mais diferentes realidades. Manuel Cancio Meliá analisa o crime organizado a partir de três correntes doutrinárias:

En primer lugar, de acuerdo con un punto de vista extendido sobre todo en la doctrina más antigua, el elemento esencial del injusto está en el ejercicio “abusivo” del derecho fundamental de asociación que supondría la constitución de la organización delictiva: de acuerdo con esta posición, el bien jurídico es el (recto) “ejercicio del derecho de asociación”. Un segundo sector doctrinal afirma que los delitos de asociación ilícita son ante todo supuestos de anticipación de la punibilidad (incluso antes de cualquier acto preparatorio concreto). Desde esta perspectiva, esta anticipación de la barrera de criminalización sólo puede ser justificada, a título excepcional, con base en la especial peligrosidad de las organizaciones aprehendidas por los tipos correspondientes. Finalmente, en tercer lugar, otro sector de la teoría, probablemente mayoritario tanto en la bibliografía española como alemana, ve en los delitos de organización ante todo un ataque a determinados bienes jurídicos colectivos: “orden público”; “seguridad interior”; “paz jurídica”, etc.¹⁷⁰

De acordo com Meliá, a primeira posição doutrinária que recorre ao direito de associação como um bem jurídico é minoritária. Não há, no entanto, contraposição entre as demais posições doutrinárias. Isso porque tanto a teoria da antecipação quanto à da proteção a um bem jurídico coletivo “se mezclan en más de una ocasión en diversos aspectos, de modo que las diferencias concretas son mucho menores de lo que podría parecer a primera vista”.¹⁷¹

A teoria da antecipação, segundo o autor, parte da ideia de que: “resulta evidente que la incriminación de la pertenencia a una asociación ilícita, medida con base en el modelo de un bien jurídico de titularidad individual, supone una expansión del ordenamiento jurídico penal hacia el estadio previo a tal lesión de un bien jurídico individual”. Assim, a mera existência da associação criminosa representaria uma fonte especial de perigo aos bens

169 GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes. **Do Crime de “Branqueamento” de Capitais**. Introdução e Tipicidade. Coimbra: Almedina, 2001, p. 34

170 MELIÁ, Manuel Cancio. El injusto de los delitos de organización: peligro y significado. Universidad Autónoma de Madrid, não paginado. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/revistaicade/article/view/356/282>. Acesso em agosto de 2019.

171 Id.

jurídicos tutelados pelo Estado, o que justificaria a excepcionalidade do combate à essa organização ainda em seu estado de preparação.¹⁷²

Para a corrente da proteção a um bem jurídico coletivo: “ve en este ámbito no (sólo) una anticipación, sino un ataque directo contra un bien jurídico autónomo de la ‘paz interior’, que comprendería también la ‘seguridad pública’, la ‘seguridad pública interior’ o de la ‘seguridad pública y el orden estatal’”. Para Meliá tais teorizações não são suficientes, uma vez que as indeterminações usadas para esse setor caracterizar o objeto de proteção coletiva possibilitaria uma criminalização ilimitada.¹⁷³

Essas correntes doutrinárias são importantes para o presente estudo, pois a partir de sua análise, pode-se observar que o crime organizado está associado à periculosidade e violência das ações coletivas contra determinado bem jurídico. É essa especificidade que autorizaria o combate à essas organizações mesmo antes da consumação do crime. A ideia de crime organizado está intrinsecamente ligada à ações violentas.

No Brasil, o crime organizado teve seus primeiros contornos com o Código Penal de 1940, cujo artigo 288 tipificou como crime contra a paz pública a formação de quadrilha ou bando, composta por mais de três pessoas, para o fim de cometer crimes. A Lei 9.034/95 introduziu importante diferenciação no âmbito normativo, ao dispor, pela primeira vez, da utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por “organizações criminosas”.

O problema, como explica Renato de Mello Jorge Silveira, é que a redação original da Lei 9.034/95, previa certa confusão entre a organização criminosa e as ações praticadas por quadrilha ou bando:

A distinção se deu com a reforma dessa norma produzida pela Lei 10.217/2001 que claramente isolou previsões de quadrilha ou bando, associações criminosas e organizações criminosas. Isso não trazia grandes problemas, já que, até aquele momento, penalmente não havia a previsão conceitual de organizações criminosas. No entanto, tudo mudou com o advento da Lei 9.613/1998. Ao utilizar o conceito de crime antecedente, e ao mencionar um rol destes, em seu art. 1.º, a Lei de Lavagem de Dinheiro previu como crime a ocultação de dinheiro proveniente de crime “praticado por organização criminosa” (Lei 9.613/1998, art. 1.º, VII). Apesar da menção à organização criminosa, esta não era idealmente definida. Hoje, apesar desse problema se mostrar minorado, em face da alteração do art. 1.º da Lei

172 Id.

173 Id.

9.613/1998, pela Lei 12.683/2012, ainda resta a confusão terminológica, tendo-se, não raro, a imputação de um fato na confluência de outro.¹⁷⁴

Foi a Lei 12.850/13 que colocou fim a essa confusão terminológica entre as duas modalidades de crime organizado.¹⁷⁵ Em seu artigo 1º, §1º, a Lei 12.850/13 conceitua a organização criminosa como sendo

a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

A partir disso, Guilherme de Souza Nucci conclui que “O delito é doloso, não se admitindo a forma culposa. Exige-se o elemento subjetivo específico implícito no próprio conceito de organização criminosa: obter vantagem ilícita de qualquer natureza”. O autor ilustra o crime de organização criminosa através do exemplo dos esquemas de corrupção, tecendo sérias críticas à atual política criminal de combate à corrupção.¹⁷⁶

Além de definir o que é organização criminosa e dispor sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, as infrações penais correlatas e o procedimento criminal, a Lei 12.850/13 conferiu nova redação ao artigo 288 do CP/40, que tipificava a formação de quadrilha ou bando. Em seu artigo 24, modifica o tipo penal e o *nomen juris* do artigo 288 do CP/40, passando a chamá-lo de “associação criminosa”. Com a alteração, a definição de associação criminosa passou a ser: “associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes: pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos”.¹⁷⁷

174 SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Os limites da imputação do crime de formação de quadrilha ou bando**. Boletim IBCCRIM 242, Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4798-Os-limites-da-imputacao-do-crime-de-formacao-de-quadrilha-ou-bando. Acesso em agosto de 2019.

175 HABIB, Gabriel. **Associação Criminosa**. Sentido e validade dos delitos associativos. Bahia: Editora JusPodivm, 2019, p. 34.

176 NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização criminosa**. 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019, não paginado.

177 Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em agosto de 2019.

O crime de associação criminosa está inserido no título IX do Código Penal, “dos crimes contra a paz pública”, no entanto, há uma controvérsia se o bem jurídico¹⁷⁸ protegido pelo tipo penal se encaixa de fato na categoria de paz pública. De acordo com Bitencourt, a:

paz social como bem jurídico tutelado não significa a defesa da “segurança social” propriamente, mas sim a opinião ou sentimento da população em relação a essa segurança, ou seja, aquela sensação de bem estar, de proteção e segurança geral, que não deixa de ser, em outros termos, uma espécie de reforço ou fator a mais da própria segurança ou confiança, qual seja o de sentir-se seguro e protegido.¹⁷⁹

Assim, o bem jurídico protegido não seria a paz pública, mas o sentimento de segurança coletiva. O tipo penal objetivo proíbe a associação de 3 ou mais agentes com a finalidade específica de praticar delitos, independentemente da consumação de fato. Por se tratar de tipo doloso, para configurar o crime de associação criminosa, é necessário que os agentes querassem o resultado, neste caso, queiram praticar crimes.¹⁸⁰ A estabilidade da associação ou permanência do vínculo associativo é um requisito necessário para a associação criminosa, não bastando para sua caracterização uma associação eventual ou passageira.¹⁸¹

Uma vez compreendido o conceito de associação criminosa e seu tratamento no ordenamento jurídico brasileiro, passa-se à análise dos argumentos do ente ministerial de São Paulo para a caracterização do MST no referido tipo penal, confrontando-os com a natureza política de suas ações à luz do entendimento doutrinário e jurisprudencial. Pretende-se demonstrar que tais acusações não encontram respaldo jurídico e são meramente uma decorrência da criminalização da luta pela terra.

A fim de caracterizar o MST como uma associação criminosa, o MPSP passa a descrever a estrutura da organização. Segundo consta da denúncia, o “líder maior” da organização, constrangeu uma multidão de “assentados” a participarem de invasão a terras

178 De acordo com o professor Luiz Regis Prado, o bem jurídico: “é um ente material ou imaterial haurido do contexto social, de titularidade individual ou metaindividual reputado como essencial para a coexistência e o desenvolvimento do homem em sociedade e, por isso, jurídico-penalmente protegido. Deve estar sempre em compasso com o quadro axiológico vazado na Constituição e com o princípio do Estado Democrático e Social de Direito. A ideia de bem jurídico fundamenta a ilicitude material, ao mesmo tempo em que legitima a intervenção penal legalizada.” PRADO, Luis Regis. **Bem jurídico-penal e constituição**. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 44.

179 BITENCOURT, Cezar Roberto. **Associação criminosa LXVI**. Tratado de direito penal, 4: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual até dos crimes contra a fé pública. 8. ed.rev., ampl. atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 451.

180 CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal: parte geral (arts. 1º ao 120). 4ª ed. rev. ampl. e atual. Salvador, JusPodivm, 2016, p. 165.

181 Código Penal Comentado/Celso Delmanto [et al]. 9º. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

produtivas, sob a ameaça de que se não colaborassem não receberiam lotes após o fracionamento das fazendas tomadas.

Esse líder maior seria o “mentor intelectual da organização”, decidindo quais terras deveriam ser “invadidas”. Para a concretização de tais decisões, contava com o apoio do “primeiro escalão” que convocavam os “assentados” para as assembleias, sempre mediante a “nada velada ameaça” de que se não participassem das “invasões” não receberiam lotes de terras e seriam obrigados a deixar os assentamentos já fixados. Esse primeiro escalão da organização atuavam no convencimento ideológico dos “assentados”. O “segundo escalão” da organização era responsável pela execução material dos atos idealizados pelo primeiro escalão. Ao final, conclui que o MST, contando com essa estrutura organizativa, pratica, desde 1997, ações semelhantes à ocupação da Fazenda Santo Henrique.¹⁸²

Conforme o estudado, para a configuração do crime de associação criminosa é necessário a associação de três ou mais agentes com a finalidade específica de cometer crimes. Claudia Cristina Barrilari acrescenta que: “qualquer outro fim, ainda que imoral, não pode conduzir ao delito”.¹⁸³ É o propósito de praticar crime que caracteriza esse tipo penal, já que a Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, inciso XVII, a plena liberdade de associação para fins lícitos.

À vista disso, cabe analisar a organicidade do MST, a fim de entender se o objetivo deste movimento traduz-se na vontade de praticar crimes. Segundo a definição do próprio movimento, o MST adota uma organização coletiva, por meio de uma estrutura horizontal de tomada de decisões, na qual todos seus integrantes têm o direito de opinar e fazer sugestões para se construir de forma consciente as decisões.¹⁸⁴

Conforme aprofundam José Augusto Guterres e Ricardo Prestes Pazello,

182 Na denúncia, percebe-se que o MPSP utiliza erroneamente o termo “assentados” para se referir aos acampados, que são as famílias sem terra que aguardam pela distribuição de terra nos acampamentos. Somente quando são contempladas pela terra é que tornam-se assentadas. Ao se referir à ação, o órgão ministerial dispensa o tratamento terminológico de “invasão”, sendo que o ato se denomina “ocupação”. As ocupações de terra do MST são um instrumento de luta para a concretização da reforma agrária.

183 BARRILARI, Claudia Cristina. **O crime de quadrilha ou bando à luz da teoria do bem jurídico**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito., Universidade Católica de São Paulo, 2008. p. 74

184 A organização horizontal, de acordo com o MST é: “aquela estrutura onde se valoriza todas as formas de organização de base que passam a funcionar como se fossem instâncias de decisão. Logo, a democracia deixa de ser representativa e passa a ser participativa, onde cada família ao participar do núcleo de base, representa a si própria. (...) a mesma importância que tem a direção estadual tem também o núcleo de famílias que deve existir em todos os acampamentos e assentamentos, os setores e as comissões de trabalho”. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-PR-PR. Cartilha de Estudo nº 4; **A Organicidade e o Planejamento**. Construindo coletivamente o funcionamento das brigadas do MST. Curitiba: MST, setembro de 2005, p. 82/83

O MST, portanto, em sua configuração atual, escorado na liberdade associativa para fins pacíficos, garantida pela Constituição, apresenta-se como uma organização social plural e aberta, destinada a acolher o máximo de pessoas que concordam com seus objetivos e princípios (por isso se diz que é uma “organização de massas”); é, ainda, uma organização que conta com uma base sindical de luta, por sua atuação partir de demandas corporativas específicas (relativas à classe trabalhadora rural), mas que, pela consciência de que suas demandas estão inseridas no contexto geral da luta de classes, possui também um caráter político de alcance muito mais longo; ademais, busca desenvolver as potencialidades de seus militantes, em uma organização disciplinada e democrática.¹⁸⁵

Para possibilitar o diálogo das direções com a bases e garantir o retorno das considerações destes às instâncias diretivas, o movimento estrutura-se a partir de: (i) Núcleos de Base - NB's, que são agrupamento pequeno de famílias; (ii) Brigadas, que são o agrupamento de 500 famílias sem terras num determinado território, com direção própria; (iii) Direção Estadual, composta por 1 dirigente de Brigada, 1 coordenador estadual por cada setor, 2 representantes do estado na coordenação e 1 dirigente nacional; (iv) Coordenação Estadual, materializada em encontros anuais para se discutir coletivamente a realidade de cada estado; e, (v) Setores voltados para áreas específicas.¹⁸⁶

De acordo com Maria Inez Pereira Pinheiro, o MST

em sua perspectiva histórica tem como objetivo a luta pela terra, a reforma agrária e a transformação social. Para tanto, a luta pelos direitos humanos constitui um ponto central na construção da transformação da sociedade e, para isto, organiza as famílias sem terra em várias frentes de luta, seja na própria ocupação de fazendas, como um direito vislumbrado na função social que a terra precisa ter, seja no estudo das legislações que tratam e afetam diretamente as condições de vida dessas famílias.¹⁸⁷

185 GUTERRES, José Augusto; PAZELLO, Ricardo Prestes. **Os atos de desobediência civil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST: direito à insurgência e direito insurgente**. Prisma Jur., São Paulo, v. 10, n. 2, p. 321-348, jul./dez. 2011, p. 324. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=prisma&page=article&op=view&path%5B%5D=3133&path%5B%5D=2138>. Acesso em setembro de 2019.

186 BERNANT, I. G. **Um novo jeito de organizar**. A nova organicidade em/do movimento; luta pela terra, luta na terra e identidade sem terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná). 2012. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universitat de Lleida, Lleida, 2012. p. 141-148

187 PINHEIRO, Maria Inez Pereira. **Os Direitos Humanos e a luta pela terra: a experiência da Turma Evandro Lins e Silva, não paginado**. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9863>. Acesso em agosto de 2019.

As ocupações das terras, consoante explicam José Augusto Guterres e Ricardo Prestes Pazello, são o principal instrumento de pressão política para a concretização da reforma agrária. Os autores apontam que desde a década de 1980, as ocupações das terras improdutivas ou que descumprem a sua função social viabilizaram mais de 90% dos assentamentos criados pelo governo federal. Elucidam que as ocupações de terra, nos moldes realizados pelo MST, são um ato político, pois visam chamar a atenção da sociedade e do governo para a inércia no cumprimento da obrigação constitucional de implementação da reforma agrária.¹⁸⁸

Quanto à ocupação de terras do MST, Silva elucida que:

[...] não é difícil, na prática, separar a invasão violenta da ocupação de protesto. A invasão é o ‘esbulho possessório’ definido em lei, enquanto a ocupação constitui um ato político, como tantos outros, destinado a chamar a atenção da autoridade omissa para o problema candente que afeta um grande número de pessoas. A ocupação se caracteriza ainda pelo ‘estado de necessidade’ das pessoas que realizam essa ação e pela destinação social da área afetada (art. 5 da Lei de Introdução ao Código Civil). As ocupações existem porque, no contexto social que vivenciamos, o ocupante procura por trabalho em solos vazios, abandonados, sem destinação, empurrado pela necessidade da fome como imperativo de emergência. Assim, em razão de ser famélica esta ocupação, ela não pode ser punível. Ocupar terras para plantio não é delito; delito é o estoque especulativo de terras. Merecem punição de acordo com a lei, os proprietários que mantêm a terra ociosa, sem destinação social.¹⁸⁹

Para além das formulações teóricas, o próprio ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ, Luiz Vicente Cernicchiaro, em decisão icônica, quando do julgamento do HC 5.574/SP, reconheceu o direito de reivindicar a realização dos princípios e normas constitucionais como um legítimo exercício da cidadania. Em sua fundamentação, discorreu sobre a legitimidade das ações com fito de pressionar aos órgãos competentes para a implementação da reforma agrária, chamando a atenção para a diferença entre o ataque ao direito de patrimônio e o direito de reclamar a eficácia e a efetivação de direitos constitucionais.¹⁹⁰

188 GUTERRES, José Augusto; PAZELLO, Ricardo Prestes. **Os atos de desobediência civil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST: direito à insurgência e direito insurgente**. Prisma Jur., São Paulo, v. 10, n. 2, p. 321-348, jul./dez. 2011, p. 327-329. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=prisma&page=article&op=view&path%5B%5D=3133&path%5B%5D=2138>. Acesso em setembro de 2019.

189 SILVA, J.G.da. **Ocupação e invasão**. Em: GÖRGEN, S.(frei) (coord.). Uma foice longe da terra: repressão aos sem-terra nas ruas de Porto Alegre. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 110

190 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Habeas Corpus nº 5.574/SP** (97.0010236-0). Disponível em: [periodicos.unb.br › index.php › insurgencia › article › download](https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download). Acesso em agosto de 2019.

O MST como ente político de luta de pela terra não se enquadra no tipo penal de associação criminosa, haja vista que o objetivo que une cada trabalhadora e cada trabalhador sem terra é a implementação da reforma agrária não o ânimo de praticar crime. Como bem aponta Luciene Rinaldi Colli: “a utilização do ordenamento penal para reprimir as manifestações sociais que objetivam o cumprimento de normas constitucionais está a promover uma tirania, pela repressão, e não proteção e garantias sociais, pela promoção de leis”.¹⁹¹

Como exposto, as ocupações de terras são instrumentos legítimos usados pelo MST para atrair a atenção do Poder Público para o não cumprimento de direitos e garantias constitucionais. A ação do movimento popular encontra respaldo no texto constitucional, na doutrina e na jurisprudência pátria, de modo que jamais configuraria um injusto penal. A tentativa de enquadrar a organicidade do MST no tipo penal de associação criminosa é uma consequência direta da criminalização da luta pela terra e da busca da manutenção dos latifúndios brasileiros.

191 COLLI, Luciene Rinaldi. **O MST e garantias constitucionais**: uma abordagem jurídico-social dos conflitos agrários. Minas Gerais, 2000. Tese (Magister Scientiae) – Extensão Rural, Federal de Viçosa, 2000. p. 80

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O tempo é também contradição,
que prepara a luta,
tece a resistência,
da mulher contra sua opressão,
dos/as sem terra contra os latifúndios,
dos/as idosos/as contra a indiferença,
do povo que resiste ao jugo da tirania e barbárie.
O tempo hoje exige emancipação humana.
Não quer mais silenciar, omitir, ignorar, obliterar”.*
Tempo de luta e resistência, Andréa Lima

A partir do estudo realizado pode-se compreender que a criminalização da luta pela terra é uma decorrência histórica da transformação da terra em mercadoria e da instituição da propriedade privada. A história da formação do Brasil, desde a sua colonização pelos portugueses, é marcada pela invasão das terras indígenas, pela escravidão e pela exploração capitalista, o que possibilitou o surgimento de uma burguesia agrária e à formação de grandes latifúndios. No entanto, observou-se que a resistência dos povos às mazelas impostas, a luta pelo território, pela liberdade e pela terra foram constantes.

A história da luta pela terra e pela reforma agrária moderna mostrou a resistência dos camponeses no campo. O MST nasceu da luta das famílias camponesas contra o êxodo rural gerado pela mecanização da agricultura. Desde sua formação, o MST foi se construindo como um movimento popular de caráter sindical corporativo e político, pois compreendia que a luta pela terra e pela reforma agrária popular está intrinsecamente ligada à luta de classes. Observou-se ainda que a resistência dos camponeses, desde a sua gênese, foi criminalizada e combatida. Como resultado da repressão estatal, episódios sanguinários como o massacre do Eldorado dos Carajás marcaram para sempre a luta pela terra.

Notou-se também que a formação do MST no Estado de São Paulo, em especial no sertão paulista, foi uma reação dos camponeses ao avanço do agronegócio e à expansão da cafeicultura nas terras férteis. O estudo do caso Cutrale mostrou o contexto de apropriação das terras públicas no sudoeste paulista. A tentativa de controle das terras paulistas pelo governo federal, por meio da criação do Núcleo Colonial Monção, um programa governamental de colonização que visava a concessão de terras a estrangeiros e colonos brasileiros, deu margem à grilagem das terras públicas.

A empresa Sococítrico Cutrale Ltda., uma das maiores produtoras de suco de laranja do mundo, adquiriu a Fazenda Santo Henrique ciente de sua condição de terra pública, expulsando os camponeses que ali viviam. Mesmo com os estudos do INCRA comprovando

as contradições existentes na matrícula da terra, o Poder Público manteve-se silente. É neste cenário que o movimento sem terra ocupou a Fazenda Santo Henrique no ano de 2009. No entanto, a ação do MST foi criminalizada, culminando num processo judicial.

A tentativa de enquadrar a organicidade do MST no tipo injusto de associação criminosa demonstra a seletividade do sistema penal brasileiro, que visa à manutenção do quadro de concentração fundiária nas mãos da burguesia agrária. As ocupações dos latifúndios improdutivos ou que descumprem sua função social foi a forma que o movimento popular encontrou para pressionar o governo a realizar a reforma agrária. O próprio STJ reconheceu as ocupações de terra como instrumentos legítimos do exercício da cidadania, uma vez que visam a efetivação de direitos constitucionais. Assim, conclui-se que o MST como ente político de luta de pela terra não se enquadra no tipo penal de associação criminosa, haja vista que o objetivo que une cada trabalhadora e cada trabalhador sem terra é a implementação da reforma agrária não o ânimo de praticar crime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGÜELLO, Katie. Do Estado social ao Estado Penal: invertendo o discurso da ordem, Disponível em: <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Artigo-Katie.pdf> Acesso em agosto de 2019.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. Introdução à Sociologia do Direito Penal, tradução e prefácio Juarez Cirino, 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARBOSA, M. V. e LEITE, S. **Reforma Agrária em Terras Públicas**. Revista Reforma Agrária. (Campinas), v. 21, 1991.

BARRILARI, Claudia Cristina. **O crime de quadrilha ou bando à luz da teoria do bem jurídico**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito., Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

BERNANT, I. G. **Um novo jeito de organizar**. A nova organicidade em/do movimento; luta pela terra, luta na terra e identidade sem terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná). 2012. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universitat de Lleida, Lleida, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: AnnaBlume, 2004.

BORTOLOZZI JÚNIOR, Flávio. **A criminalização dos movimentos sociais como obstáculo à concretização dos direitos fundamentais**. 2008, p. 59. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. **Código penal brasileiro**. Diário Oficial da União: Republica federativa do Brasil: Poder legislativo, Brasília, DF.

Brasil de Fato. **Em defesa da Cutrale, polícia aterroriza militantes do MST**. 28 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/1756/>. Acesso em agosto de 2019.

BRASIL, Tribunal. **HC 5574/SP**. Relator Ministro Willian Patterson, 08 de abril de 1997.

Brasil de Fato. **O carnaval da vida**. 06 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/3918/>. Acesso em agosto de 2019.

CASTRO, Lola Anyar de. **Criminologia da reação social**. Tradução e Acréscimos de Ester Kosovski, Rio, 1983.

CIRINO DOS SANTOS, J. A. **Criminologia Crítica e a Reforma da Legislação Penal**. Disponível em: http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/criminologia_critica_reforma_legis_penal.pdf Acesso em agosto de 2019.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. **Crime organizado**. Disponível em: [COLLI, Luciene Rinaldi. **O MST e garantias constitucionais: uma abordagem jurídico-social dos conflitos agrários**. Minas Gerais, 2000. Tese \(Magister Scientiae\) – Extensão Rural, Federal de Viçosa, 2000.](http://icpc.org.br/wp-Código Penal Comentado/Celso Delmanto [et al]. 9º. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.</p>
</div>
<div data-bbox=)

Comissão Pastoral da Terra. **Mais uma vez mídia e ruralistas investem contra o MST**. Goiânia, 7 de outubro de 2009. Nota Pública. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/117182-1>. Acesso em agosto de 2019.

Criminologias [livro eletrônico]: feminismos, mídia e protestos sociais / Katie Silene Cáceres Argüello, Priscilla Placha Sá, coordenadoras; Victor Sugamoto Romfeld, Heloisa Vieira Simões, organizadores. In: GODÓI, Bárbara Klopas Locks. **Brava gente invasora, violenta e desordeira: a construção social do MST nas páginas do jornal O Globo**. Curitiba, PR: Editora Virtual Gratuita - EVG, 2018, p. 38. Disponível em: https://www.academia.edu/36521265/Criminologias_feminismos_mi_dia_e_protestos_sociais_Completo.pdf. Acesso em agosto de 2019.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Criminalidade Organizada: antigos padrões, novos agentes e tecnologias**. Ponto Urbe [Online], 8 | 2011, posto online no dia 30 julho 2014, consultado em 28 de agosto de 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1752>;

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal: parte geral (arts. 1º ao 120)**. 4ª ed. rev. ampl. e atual. Salvador, JusPodivm, 2016.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DEFFONTAINES, Pierre. **Regiões e Paisagens do estado de São Paulo**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, n.25, ano III, 1945.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em Disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009, Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo.

FELISÁRIO, Adauto. **Três Ranchos**. São Paulo: Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima. 198-.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo**. São Paulo, 1994.

FERNANDES, M. E. **A Reforma Agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera**. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 1985.

Folha de São Paulo. **Stédile chama Lula de mal informado**. São Paulo, 12 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1210200906.htm>. Acesso em agosto de 2009.

FONTES, Virginia Maria. **Hegemonia severina**: Conservação e mudança, convencimento e coerção. In: V Simpósio Estado e poder: hegemonia, 2008, Niterói-RJ. Anais. Niterói: UFF, 2008.

GODINHO, Jorge Alexandre Fernandes. **Do Crime de “Branqueamento” de Capitais**. Introdução e Tipicidade. Coimbra: Almedina, 2001.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GUTERRES, José Augusto; PAZELLO, Ricardo Prestes. **Os atos de desobediência civil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST**: direito à insurgência e direito insurgente. Prisma Jur., São Paulo, v. 10, n. 2, p. 321-348, jul./dez. 2011, p. 324. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=prisma&page=article&op=view&path%5B%5D=3133&path%5B%5D=2138> Acesso em setembro de 2019.

HABIB, Gabriel. **Associação Criminosa**. Sentido e validade dos delitos associativos. Bahia: Editora JusPodivm, 2019.

IHA, Monica Hashimoto. **A Territorialidade da “Posse” na Luta pela Reforma Agrária Os Acampamentos do MST em Iaras – SP**. Campinas, 2005. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Geografia, da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2005.

Instituto Observatório Social. **Cultivo de laranja e produção de suco**: indicativo de déficit de trabalho decente na Citrosuco S/A Agroindústria Sucocítrico Cutrale S/A, Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S/A, São Paulo, 2013.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra** [E-book]. 9ª edição revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010. Não paginado. Disponível em: <<http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/O-Cativeiro-da-Terra-Jos%C3%A9-de-Souza-Martins-1.pdf>>; Acesso agosto de 2019.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso**. 2a Ed, São Paulo: Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2o Ed. Petrópolis: Vozes, 1983,

MELIÁ, Manuel Cancio. **El injusto de los delitos de organización: peligro y significado**. Universidad Autónoma de Madrid, não paginado. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/revistaicade/article/view/356/282>. Acesso em agosto de 2019.

Memória sobre Cutrale/Fazenda Santo Henrique. 1) Ação reivindicatória Proc. Nº 2006.61.25.002729-2, da 1ª Vara Federal de Ourinhos/SP – Matrícula 4118. 2) Ação Querela Nullitatis Proc Nº 2009.61.08.004471-6, da 1ª Vara Federal de Bauru – Matrícula 5652. Advocacia-Geral da União/Procuradoria-Geral Federal/Procuradoria Federal Especializada – INCRA/Procuradoria Jurídica de São Paulo.

MENDONÇA, Núbia Tortelli. **Na luta pela terra:** Cutrale x MST (setembro de 2009), Uberlândia, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-PR-PR. Cartilha de Estudo nº 4; A Organicidade e o Planejamento. Construindo coletivamente o funcionamento das brigadas do MST. Curitiba: MST, setembro de 2005.

MST, POPULAR, tribunal. **DOSSIÊ CUTRALE** - 2011, p. 26. Disponível em: <https://terralivre.org/comunicacao/dossie-cutrale-2011-vejam-documento-importante>. Acesso em agosto de 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização criminosa.** 4. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019, não paginado.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção,** agricultura e reforma agrária. São Paulo, FFLCH/Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA. Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

PINHEIRO, Maria Inez Pereira. **Os Direitos Humanos e a luta pela terra:** a experiência da Turma Evandro Lins e Silva, não paginado. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9863>. Acesso em agosto de 2019.

PRADO JR, Caio Prado. **A questão agrária no Brasil.** 3ª Ed, São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, Luis Regis. **Bem jurídico-penal e constituição.** 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PSOL São Paulo. **Em defesa da Cutrale, polícia aterroriza militantes do MST.** 22 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://psol50sp.org.br/2010/02/em-defesa-da-cutrale-polcia-terroriza-militantes-do-mst/>. Acesso em agosto de 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro:** A formação e o sentido de Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUSCHE, George. KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social,** tradução de Gizlene Neder. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

SILVA, J.G.da. **Ocupação e invasão.** Em: GÖRGEN, S.(frei) (coord.). Uma foice longe da terra: repressão aos sem-terra nas ruas de Porto Alegre. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 110

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1982.

SILVA, Lúgia Osório. **As leis agrárias e o latifúndio improdutivo**. São Paulo em perspectiva, São Paulo, 1997, SEADE, v. 11, n. 2.

SILVA, Lúgia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SILVA, Thiago Lins e. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Eldorado dos Carajás: Análise de um Processo**. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado - Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2004.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Os limites da imputação do crime de formação de quadrilha ou bando**. Boletim IBCCRIM 242, Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4798-Os-limites-da-imputacao-do-crime-de-formacao-de-quadrilha-ou-bando Acesso em agosto de 2019.

SOUZA FILHO, C. F. M. de. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

SOUZA FILHO, C. F. M. de. **Terra mercadoria, terra vazia: povos, natureza e patrimônio cultural**. Insurgência: Revista de Direitos e Movimentos Sociais, v. 1.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1550-1960**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: A história do MST e a luta pela terra no Brasil**, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 3ª reimpressão, 2005.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Habeas Corpus nº 5.574/SP (97.0010236-0). Disponível em: [periodicos.unb.br > index.php > insurgencia > article > download](http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download). Acesso em agosto de 2019.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

VARGAS, Isabela Junqueira. **Ocupando Manchetes: Como o MST Agenda a Mídia Estudo Sobre as Estratégias de Agendamento do Movimento dos Sem Terra no Abril Vermelho**. Brasília, 2006. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Terra e poder: as disputas entre agronegócio e a resistência camponesa no sudoeste paulista uma abordagem sobre o uso de terras públicas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIEIRA, Ana Cláudia. **Integração vertical, concentração e exclusão na citricultura paulista**, tese de doutorado, Departamento de Engenharia de Produção, Ufscar, 2003, não paginado. Disponível em:

<<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3326/TeseACVS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em julho de 2019.

VIRGOLINI, Julio E. S. SLOKAR, Alejandro W. (orgs.). **Nada Personal.** Ensayos sobre crimen organizado y sistema de justicia. Buenos Aires: Depalma, 2001.

ANEXO 1 – DENÚNCIA CUTRALE.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª
VARA DA COMARCA DE LENÇÓIS PAULISTA.

Inquérito Policial nº 0007666-56.2009.8.26.0319

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
SÃO PAULO, pelo Promotor de Justiça que esta ao final subscreve, no uso
de suas atribuições, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência,
nos autos de Inquérito Policial nº 0007666-56.2009.8.26.0319, oferecer
denúncia contra:

MIGUEL DA LUZ SERPA, qualificado às fls.
698/707;

ROSEMEIRE PAN D'ARCO DE ALMEIDA
SERPA, qualificado às fls. 727/736;

CARLOS ALBERTO DA LUZ SERPA, vulgo
"Carlinhos", qualificado às fls. 756/768;

AVELINO RODRIGUES DE OLIVEIRA,
qualificado às fls. 1146/1152;

fls. 3040

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALOISIO GARMES JUNIOR e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 19/04/2018 às 16:38, sob o número WLEP1870011600. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0007666-56.2009.8.26.0319 e código 31BEB1E.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lencóis Paulista

PAULO DA COSTA ALBUQUERQUE,

qualificado às fls. 1138/1145;

CLAUDETE PEREIRA DE SOUZA, vulgo

“Déte”, qualificado às fls. 1154/1158;

ROMILDO PEREIRA, vulgo “Lega” qualificado

às fls. 1159/1162;

WILLIAN MIRANDA CABECONI, vulgo

“Japonês”, qualificado às fls. 1168/1173;

ELIZETE SOUZA DA SILVA, vulgo “Dinha”,

qualificado às fls. 1174/1178;

JEFERSON DIEGO GONCALVES, vulgo

“Doido” qualificado às fls. 1180/1184;

IVALDO OLIVEIRA CINTRA, vulgo “Cabeça

Branca” qualificado às fls. 1185/1188;

MAXIMO ALVINO DE OLIVEIRA, vulgo “Seu

Máximo”, qualificado às fls. 812/828;

ANSELMO ALVES VILLAS BOAS, vulgo

“Gaúcho” qualificado às fls. 785/797;

JESSISSAI MARQUES DAS NEVES, vulgo “Seu

Marques” qualificado às fls. 1.188/1.191;

fls. 3041

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALOISIO GARMES JUNIOR e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 19/04/2018 às 16:38, sob o número WLEP18700111600. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0007666-56.2009.8.26.0319 e código 31BEB1E.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista

ANDREIA DO CARMO PIO, qualificado às fls.
1191/1195;

PAULO ROGÉRIO BERALDO, qualificado às
fls. 1009/1019;

FERNANDO APARECIDO DOS SANTOS,
vulgo “Rundap” qualificado às fls. 1196/1200;

CRISTIANO GUEDES PEREIRA, vulgo
“Biguá” qualificado às fls. 1201/1207,

ROBERTO ALVES VILLAS BOAS; qualificado
às fls. 1252/1255;

LAUDEMIR TANI, qualificado às fls. 1432/1445;

RIVADAVIA JOSÉ DE ALMEIDA, vulgo
“Xampu”, qualificado às fls. 1270/1275.

1) Consta do incluso inquérito policial que, no período de 28 de setembro de 2009 a 7 de outubro de 2009, na propriedade rural denominada “Santo Henrique”, pertencente à empresa SUCOCITRICO-CUTRALE LTDA., no município de Borebi, nesta Comarca, os denunciados associaram-se em quadrilha ou bando armado para o fim de cometer crimes, notadamente roubo, dano ao patrimônio particular, esbulho possessório e posse ilegal de arma de fogo.

2) Consta, outrossim, do incluso inquérito policial que, cumprindo o vínculo associativo acima narrado, no período de 28 de

fls. 3042

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALOISIO GARMES JUNIOR e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 19/04/2018 às 16:38, sob o número WLEP18700111600. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0007666-56.2009.8.26.0319 e código 31BEB1E.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lencóis Paulista

fls. 3043

setembro de 2.009 a 07 de outubro de 2.009, na propriedade rural denominada “Santo Henrique” pertencente à empresa SUCOCITRICO-CUTRALE LTDA, no município de Borebi, nesta Comarca, os denunciados, previamente ajustados e com identidade de propósitos, mediante grave ameaça, exercida com emprego de arma e após ter reduzido à impossibilidade de resistência, subtraíram, para si, 01 (uma) câmera digital, marca Sony Cyber shot, 7.2 mp (fls. 744); 03 (três) galões de 20 litros, de óleo diesel (fls. 752); 01 (uma) caixa de ferramentas com várias peças, marca Gilfer (fls. 753); 01 (uma) máquina fotográfica digital, marca Sony, 12.1 mp (fls. 753); 08 (oito) pacotes de adubo, marca Heringer, contendo 50 kg cada (fls. 810); 04 (quatro) galões de glifosato 480, marca Atanor (fls. 810 e 1226); 01 (uma) serra elétrica, marca Bosh (fls. 857); 06 (seis) galões de óleo Lubrix Industrial, de 20 litros cada; 02 (dois) baldes de fertilizante Samarta/Nutrixofre (fls. 867); 01 (uma) CPU, cor preta, sem marca aparente (fls. 891); 01 (uma) plantadeira manual, marca Cadioli, cor verde (fls. 1034); 02 (dois) pacotes fechados de fertilizantes, marca Heringer – Nitrato de Cálcio, de 25Kg cada (fls. 1072 e 1236); 06 (seis) sacos de fertilizantes Mosaicim, marca Cargil fertilizantes mineral completo, 50 kg cada (fls. 1078 e 1234); 03 e ½ (três e meio) sacos de fertilizantes, marca Heringer, com 50 kg cada (fls. 1078); 01 (uma) broca de madeira, sem marca aparente (fls. 1078); 01 (uma) chave de cano, marca “Gedore”, n.º 227/24 (fls. 1078); 01 (um) arco de pua, marca Biehl (fls. 1078); 08 (oito) sacos de fertilizantes Uréia 45%, marca Heringer, 50 kg cada, lote 0001184453 (fls. 1226); 01 alternador, marca Cinap (fls. 1239); 01 (uma) serra elétrica, marca Makita (fls. 1268); 02 (dois) computadores; 01 (uma) bomba d’água, marca Honda; 01 (um) tomador de água, cor azul; 01 (uma) máquina de solda; 01 (um) conjunto de maçarico; 01 (um) vulcanizador de pneus; 02 (duas) furadeiras industriais, marca Bosch (fls.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista

fls. 3044

1072); 01 (uma) morça; diversas enxadas; 01 (um) carrinho de pedreiro; latas de tinta; 12.000 (doze mil) litros de óleo diesel, pertencentes à empresa-vítima Sucocitríco Cutrale; 01 (um) motor de tanque de pulverização, cor vermelha; 01 (um) rádio toca CD's, marca Pioner; 01 (uma) bateria de automóvel; 01 (um) console de painel veicular; 01 (um) tampão traseiro de porta-malas, com 02 (dois) alto-falantes de 12"; 01 (um) estepe, com roda e pneu; 01 (um) macaco; 01 (uma) chave de roda; 01 (um) porta-luva veicular; pertencentes a Eli Carlos Leite (termo de declaração às fls. 33/35); 01 (um) aparelho de TV, marca LG, 32", 01 (um) aparelho de DVD, marca PHILLIPS, 01 (um) aparelho multi-player, marca PHILLIPS; 01 (um) receptor de antena parabólica; 01 (um) liquidificador; 01 (uma) batedeira; 01 (uma) máquina fotográfica digital; marca Samsung; diversos gêneros alimentícios e roupas masculinas e femininas, pertencentes a José Maurício Oliveira (termo de declaração de fls. 509/511); 01 (um) aparelho de TV, marca Philco, 20"; 01 (um) aparelho de DVD; 01 (um) rádio com toca CD's, portátil; 01 (uma) batedeira, marca Arno; 01 (um) liquidificador; 01 (um) ferro de passar roupas; 01 (um) receptor sinal de antena parabólica, marca Orbisat; diversos gêneros alimentícios e roupas masculinas e femininas; bem como pares de tênis; 01 (uma) torneira de pia; e 01 (um) chuveiro, de propriedade de Adriano Feliciano; 01 (um) aparelho de TV, marca Samsung, 29"; 01 (um) aparelho de DVD, marca PHILLIPS; 01 (um) aparelho multi-player, marca PHILLIPS; 01 (uma) máquina de lavar roupas, marca Arno; diversos utensílios de cozinha (panelas, pratos, garfos, facas, etc); roupas masculinas, femininas e infantis, pertencentes a Claiton José de Oliveira (termo de depoimento às fls. 524/527); 01 (um) aparelho de TV, marca PHILLIPS, 21"; 01 (um) aparelho de DVD, marca LG; 01 (um) aparelho multi-player, marca Sony; 01 (um) videogame, PlayStation II, 01 (um) botijão de gás; diversos gêneros alimentícios e roupas



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista

fls. 3045

masculinas e femininas, pertencentes a Marcelo Nascimento da Silva (termo de declaração de fls. 505/508); 01 (um) aparelho de TV, marca PHILLIPS, 20"; 01 (um) aparelho microsystem, marca LENOX; 01 (um) refrigerador, marca Consul, de 480 litros; 01 (um) receptor de antena parabólica, marca Century, pertencente a Donizete Aparecido Beraldo (fls. 08/10).

Ao que se apurou, os denunciados, a pretexto de reivindicar pela reforma agrária, organizaram-se em quadrilha armada formada por membros que se conheceram através de ações do Movimento Sem Terra, a fim de, reunidos, promover a execução de crimes de roubo, dano ao patrimônio particular, esbulho possessório e posse ilegal de arma de fogo nas fazendas pertencentes à Sociedade Empresária SUCOCITRICO-CUTRALE LTDA no Município de Borebi.

MIGUEL DA LUZ SERPA consistia no líder maior da organização. MIGUEL DA LUZ SERPA se utilizava da condição de líder Estadual do MST para constranger assentados a participarem de invasões a terras produtivas, sob a ameaça de que se não colaborassem não receberiam lotes após o fracionamento das fazendas tomadas¹.

MIGUEL DA LUZ SERPA consistia, portanto, no mentor intelectual da organização. Cabia a ele decidir quais terras seriam invadidas e a forma pela qual as ocupações ocorreriam.

¹ Informação extraída das declarações Gileno Marques da Silva às fls. 584/585



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista

O primeiro escalão da organização ainda era formado por ROSEMEIRE PAN D'ARCO DE ALMEIDA SERPA, CARLOS ALBERTO DA LUZ SERPA, AVELINO RODRIGUES DE OLIVEIRA, PAULO DA COSTA ALBUQUERQUE, ROMILDO PEREIRA, ELIZETE SOUZA DA SILVA e CLAUDETE PEREIRA DE SOUZA.

ROSEMEIRE PAN D'ARCO DE ALMEIDA SERPA e CARLOS ALBERTO DA LUZ SERPA são, respectivamente, esposa e filho de MIGUEL DA LUZ SERPA. Agiam sempre na linha da frente das invasões, conduzindo os assentados até as propriedades escolhidas por MIGUEL DA LUZ SERPA, bem como demonstrando a toda massa de manobra como invadir as terras particulares.

AVELINO RODRIGUES DE OLIVEIRA, PAULO DA COSTA ALBUQUERQUE, ROMILDO PEREIRA, ELIZETE SOUZA DA SILVA e CLAUDETE PEREIRA DE SOUZA atuavam na liderança logo abaixo de MIGUEL DA LUZ SERPA. Suas participações na organização consistiam em convocar assentados para as Assembleias, sempre mediante a nada velada ameaça de que se não atuassem nas invasões não receberiam lotes de terras e seriam obrigados a deixar os assentamentos já fixados.

O primeiro escalão da organização atuava diretamente no convencimento ideológico daqueles que integravam as ações dos líderes, convencendo os assentados a entrar em confronto com a Polícia Militar, se preciso for, bem como chegando ao absurdo de orientar que os assentados deveriam fazer uso de crianças com escudos humanos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista

fls. 3047

WILLIAN MIRANDA CABEÇONI, JEFERSON DIEGO GONCALVES, IVALDO OLIVEIRA CINTRA, MAXIMO ALVINO DE OLIVEIRA, ANSELMO ALVES VILLAS BOAS, JESSISSAI MARQUES DAS NEVES, ANDREIA DO CARMO PIO, PAULO ROGÉRIO BERALDO, FERNANDO APARECIDO DOS SANTOS, CRISTIANO GUEDES PEREIRA, ROBERTO ALVES VILLAS BOAS, LAUDEMIR TANI e RIVADAVIA JOSÉ DE ALMEIDA consistiam no segundo escalão da organização.

Suas funções consistiam na execução material dos atos idealizados pelo primeiro escalão, sobretudo MIGUEL DA LUZ SERPA, certificando-se das ações e cooperação dos assentados que aderiram às ações criminosas e organizando os meios de resistência na eventualidade de confronto com os proprietários, funcionários das propriedades e Polícia Militar.

A estrutura da organização assim descrita vem praticando ações muito semelhantes àquelas apuradas neste procedimento ao menos desde o ano de 1.997, sendo certo que houve a intensificação no período de 2.006 até o ano de 2.009, quando da invasão da Fazenda “Santo Henrique”.

Na noite anterior aos fatos, os denunciados comunicaram os presentes no assentamento “Postinho”, localizado na Comarca de Iaras, de que haveriam terras, mas que para ter o direito aos lotes teriam que necessariamente estarem presentes na ocupação que ocorreria no dia seguinte, logo pela manhã.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista

fis. 3048

Ainda na noite anterior, MIGUEL DA LUZ SERPA proferiu uma palestra incitando os assentados do “Postinho” a estarem presentes na ocupação, em especial sobre a necessidade de resistir a ordens de reintegração de posse.

Neste encontro pré-invasão, o denunciado PAULO DA COSTA ALBUQUERQUE demonstrou a covarde estratégia de utilizar crianças como escudo humano em caso de confronto com a Polícia Militar²

Os membros do primeiro escalão da organização logo cooptaram uma multidão de pessoas iludidas com as promessas de terras da liderança e todos rumaram para a Fazenda “Santo Henrique”, pertencente à empresa SUCOCITRICO-CUTRALE LTDA em caminhões ônibus e veículos pessoais, conduzidos por ROSEMEIRE PAN D'ARCO DE ALMEIDA SERPA e CARLOS ALBERTO DA LUZ SERPA.

Chegando no local logo após às 05 horas da manhã, os membros do bando armado logo trataram de retirar qualquer possibilidade de defesa da posse e propriedade dos bens lá existentes.

CLAUDETE PEREIRA DE SOUZA permaneceu na entrada da fazenda em companhia de outros membros armados, determinando que poderia ingressar e impedindo a entrada dos trabalhadores rurais que lá chegavam para início de seus turnos de trabalho.

² Informação extraída das declarações de Roberto Bueno às fls. 503/504.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista

ROMILDO PEREIRA tratou de expulsar os trabalhadores que residiam na Fazenda “Santo Henrique”, deixando suas casas para serem destruídas e seus bens para serem roubados por toda massa de assentados liderados pela organização³.

JESSISSAI MARQUES DAS NEVES, IVALDO OLIVEIRA CINTRA, ANSELMO ALVES VILLAS BOAS e MAXIMO ALVINO DE OLIVEIRA atuaram na segurança e disciplina da organização. Considerados “braços fortes de **MIGUEL DA LUZ SERPA**”⁴ a eles cabiam certificar que os assentados integrados na organização cumprissem com os mandos da liderança e resistissem a qualquer tentativa de reintegração da terra esbulhada.

ANDREIA DO CARMO PIO, PAULO ROGÉRIO BERALDO, FERNANDO APARECIDO DOS SANTOS e CRISTIANO GUEDES PEREIRA integraram a organização cumprindo a risca as ordens superiores de causar o maior estrago possível na propriedade invadida. Para tanto, eles assumiram a direção de tratores pertencentes à SUCOCITRICO-CUTRALE LTDA e, deliberadamente, destruíram a maior quantidade de pés de laranja que conseguiram, em ação que foi filmada e transmitida em rede nacional para os mais diversos veículos de comunicação.

A greve ameaça também foi exercida mediante a atemorização de atear fogo nos tratores da propriedade com o uso de óleo diesel da própria SUCOCITRICO-CUTRALE LTDA.

³ Informação extraída das declarações Florisvaldo Jacinto às fls. 497/499.

⁴ Informação extraída das declarações Gileno Marques da Silva às fls. 584/585.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lençóis Paulista

fls. 3050

Neste contexto, após retirar qualquer possibilidade de defesa por meio da expulsão dos funcionários e impedimento de qualquer pessoa diversa da organização de ingressar a propriedade, mediante a grave ameaça exercida com arma de fogo e pela excessiva vantagem numérica de pessoas prontas para uma guerra, os denunciados incentivaram, instigaram e concorreram para a subtração dos bens móveis acima descritos pertencentes às vítimas SUCOCITRICO-CUTRALE LTDA, Eli Carlos Leite, José Maurício Oliveira, Adriano Feliciano, Claiton José de Oliveira, Marcelo Nascimento da Silva e Donizete Aparecido Beraldo, razão pela qual foram praticados sete crimes de roubo.

Com o deferimento da liminar em ação de reintegração de posse e muita negociação, os ocupantes quadrilheiros deixaram a Fazenda “Santo Henrique” nas condições reportadas no laudo de fls. 640/688. A prova técnica comprovou a mais absoluta destruição dos alojamentos, tratores, caminhões, refeitórios e vestiários da propriedade.

O laudo pericial juntado às fls. 1405/1426 comprova a liderança das ações criminosas pelos denunciados e a presença de membros armados, justificando a imputação no artigo 288, § único do Código Penal.

Com o fim de ocupação e início das investigações, foram apreendidas as mais diversas armas de fogo em poder dos denunciados e de outros integrantes do citado movimento agrário, como (01 (um) revólver calibre 32, inox, marca Poket Positive 32 Police CTG, n.º 133296, municiado com seis cartuchos; 22 (vinte e dois) cartuchos,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lencóis Paulista

intactos, calibre 32, marca Aguila; 03 (três) cartuchos, calibre 32, intactos, marca CBC – S&WL; 02 (dois) cartuchos, calibre 20, carregados (fls. 744); 01 (uma) garrucha, sem marca aparente (fls. 890); 01 (uma) espingarda, marca Boito, 01 cano n.º 798837, calibre 32 (fls. 1071); 01 (uma) espingarda, marca CBC, 01 cano, n.º 078022, modelo 651, calibre 36 (fls. 1071); 01 (uma) pistola, semiautomática (fls. 929/956), duas armas de fogo e munições (fls. 745/777); uma arma de fogo (863/868); e do laudo de degravação de imagens na foto de fls. 1.408, com um integrante da comitiva que invadiu a propriedade rural armado; demonstra a existência de quadrilha ou bando armado.

Posteriormente, a polícia civil cumprindo mandados de busca domiciliar, logrou encontrar e apreender em poder de **LAUDENIR TANI**, 02 (dois) sacos de Nitrato de cálcio (fertilizante), marca Heringer, com 25 Kg cada (auto de busca e apreensão de fls. 1.042, e auto de exibição de fls. 1.072); com **MÁXIMO ALVINO DE OLIVEIRA**, 01 (um) Receiver para antena parabólica, marca Century; 08 (oito) sacos de fertilizantes, Uréia 45%, marca Heringer, 50 Kg cada lote 0001184453 (data de fabricação 21/09/09); 04 (quatro) galões de 20 litros cada de Glifosato 480, marca Atanor, lotes 90431-09-5000 data de fabricação abril/09, 90118-09-5000 data de fabricação fevereiro/09 e 81819-08-5000 data de fabricação abril/08 (auto de busca e apreensão de fls. 806, e auto de exibição de fls. 810/811); com **FERNANDO APARECIDO DOS SANTOS**, 01 (um) alternador, marca Cinap, com número de frota n.º 7741, gravado manualmente no monobloco do alternador (auto de busca e apreensão de fls. 1.031, e auto de exibição de fls. 1.034); com **RIVADAVIA JOSÉ DE ALMEIDA**, 01 (uma) serra elétrica, marca Makita (auto de busca e apreensão de fls. 853, e auto de

fls. 3051

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALOISIO GARMES JUNIOR e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 19/04/2018 às 16:38, sob o número WLEP18700111600. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0007666-56.2009.8.26.0319 e código 31BEB1E.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lencóis Paulista

fls. 3052

exibição de fls. 857/858) e; com ROBERTO VILAS BOAS, 05 (cinco) sacos de fertilizantes Mosaic, marca Cargil Fertilizantes Mineral Completo, 50 kg cada, lote 20187422; 03 (três) sacos e meio de fertilizantes de 50 kg cada, marca Heringer NPK 25/5/20, lote 0000996022; e 01 (uma) chave de cano, marca Gedore n.º 227/24 (auto de busca e apreensão de fls. 1.076, e auto de exibição de fls. 1.078), comprovando que os membros da organização também se beneficiaram com grande parte dos bens móveis roubados na ocasião da invasão.

Apurou-se, também, que WILLIAN MIRANDA CABECONI negociou óleo diesel roubado da SUCOCITRICO-CUTRALE LTDA com Claudio Roberto Frias, no preço de R\$ 1,30 o litro, enquanto a invasão ainda estava em curso⁵.

Ante o exposto, denuncio a Vossa Excelência MIGUEL DA LUZ SERPA, ROSEMEIRE PAN D'ARCO DE ALMEIDA SERPA, CARLOS ALBERTO DA LUZ SERPA, AVELINO RODRIGUES DE OLIVEIRA, PAULO DA COSTA ALBUQUERQUE, ROMILDO PEREIRA, ELIZETE SOUZA DA SILVA, CLAUDETE PEREIRA DE SOUZA, WILLIAN MIRANDA CABECONI, JEFERSON DIEGO GONCALVES, IVALDO OLIVEIRA CINTRA, MAXIMO ALVINO DE OLIVEIRA, ANSELMO ALVES VILLAS BOAS, JESSISSAI MARQUES DAS NEVES, ANDREIA DO CARMO PIO, PAULO ROGÉRIO BERALDO, FERNANDO APARECIDO DOS SANTOS, CRISTIANO GUEDES PEREIRA, ROBERTO ALVES VILLAS BOAS, LAUDEMIR TANI e RIVADAVIA JOSÉ DE ALMEIDA como

⁵ Informação extraída do depoimento de Claudio Roberto Frias às fls. 566/567.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lencóis Paulista

incurso no artigo 288, parágrafo único (formação de quadrilha ou bando armado) e no artigo 157, parágrafo 2º, incisos I e II, na forma do artigo 70 (sete vítimas), c.c. os artigos 29 e 69, do Código Penal e, em consequência requeiro a instauração da competente ação penal, com o rito dos artigos 396 ao 405 do Código de Processo Penal, citando os denunciados, seguindo até final procedência e condenação, inclusive na reparação dos danos causados, ouvindo-se as pessoas abaixo arroladas.

Rol:

- 1.- Jader Biazon – Delegado de Polícia
- 2.- Ricardo Faustino Xavier – investigador de polícia
- 3.- Emerson Rogério Lopes – escrivão de polícia
- 4.- Genelson Sobral de Andrade - fls. 494/496;
- 5.- Florisvaldo Jacinto - fls. 497/499;
- 6.- Helena Alcarás - fls. 572/575;
- 7.- Gileno Marques da Silva - fls. 584/585;
- 8.- Eli Carlos Leite - fls. 34/35;
- 9.- Donizetti Aparecido Beraldo - fls. 628/629;
- 10.- José Maurício Oliveira - fls. 509/511;
- 11.- Adriano Feliciano - fls. 521/523;
- 12.- Cleiton José de Oliveira - fls. 524/527;
- 13.- José Eduardo Arantes - fls. 612/613
- 14.- Marcelo Nascimento da Silva - fls. 505/508;
- 15.- Ana Maria Rodrigues – fls. 120/121;
- 16.- Marilucia Pereira de Souza – fls. 491/493;
- 17.- Juliano Francisco Antônio Xavier (P.M.) – fls. 500/502;
- 18.- Roberto Bueno – fls. 503/504;
- 19.- Luiz Fernando Campos – fls. 512/513;

fls. 3053

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALOISIO GARMES JUNIOR e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 19/04/2018 às 16:38, sob o número WLEP18700111600. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0007666-56.2009.8.26.0319 e código 31BEB1E.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Promotoria de Justiça de Lencóis Paulista

- 20. – Marta dos Santos da Silva – fls. 514/516;
- 21. – Cristiano de Oliveira Quintiliano – fls. 518/520;
- 22. – Claudio Roberto Frias – fls. 566/567;

Lencóis Paulista, 09 de março de 2018.

ALOÍSIO GARMES JÚNIOR

1º Promotor de Justiça

Felipe Gavioli Gasparotto

Analista Jurídico

fls. 3054

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALOÍSIO GARMES JÚNIOR e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, protocolado em 19/04/2018 às 16:38, sob o número WLEP18700111600. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0007666-56.2009.8.26.0319 e código 31BEB1E.